

Histórias de conceitos

© Suhrkamp Verlag Frankfurt am Main 2006
Título original: Begriffsgeschichten

Direitos adquiridos para o Brasil por Contraponto Editora Eireli

Vedada, nos termos da lei, a reprodução total ou parcial deste livro, por quaisquer meios, sem autorização da Editora.

Contraponto Editora Ltda.
Rua Joaquim Silva 98, 5º andar
Centro – Rio de Janeiro, RJ – Cep 20241-110
Telefones: (21) 2544-0206 / 2215-6148
Site: www.contrapontoeditora.com.br
E-mail: contato@contrapontoeditora.com.br

Preparação de originais: César Benjamin
Revisão tipográfica: Cristina da Costa Pereira
Projeto gráfico e diagramação: Regina Ferraz

1ª edição: novembro de 2020

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

K88h Koselleck, Reinhart, 1923-2006

Histórias de conceitos : estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social / Reinhart Koselleck ; com duas contribuições de Ulrike Spree, Willibald Steinmetz ; posfácio de Carsten Dutt ; tradução Markus Hediger ; revisão técnica e de tradução Bernardo Ferreira, Arthur Alfaix Assis. – 1. ed. - Rio de Janeiro : Contraponto, 2020.

560 p. ; 23 cm.

Tradução de : Begriffsgeschichten

ISBN 978-65-5639-006-2

1. Historiografia. 2. Conceitos. 3. Ciências sociais. 4. Ciência política. I. Spree, Ulrike. II. Steinmetz, Willibald. III. Dutt, Carsten. IV. Hediger, Markus. V. Ferreira, Bernardo. VI. Assis, Arthur Alfaix. VII. Título.

20-66829

CDD: 121.4

CDU: 165.173

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

Sumário

Prefácio O paradoxo da história dos conceitos
Arthur Alfaix Assis e Bernardo Ferreira

Primeira parte: Sobre a teoria e o método da história dos conceitos

- I. História social e história dos conceitos
- II. Mudança linguística e história de eventos
- III. A história dos conceitos e conceitos da história
- IV. A temporalização dos conceitos
- V. Observações sobre as estruturas temporais da mudança na história dos conceitos
- VI. História dos conceitos

Segunda parte: Conceitos e suas histórias

- VII. Sobre a estrutura antropológica e semântica do conceito de Bildung
- VIII. “Progresso” e “declínio”: um adendo à história de dois conceitos
- IX. Deslocando os limites da emancipação: um esboço histórico-conceitual
- X. Algumas questões sobre a história conceitual de “crise”
- XI. Patriotismo: fundamentos e limites de um conceito moderno
- XII. A revolução como conceito e metáfora: sobre a semântica de uma palavra outrora enfática
- XIII. Sobre a história conceitual da utopia temporal
- XIV. Conceitos de inimigo

Terceira parte: Sobre a semântica e a pragmática da linguagem do Iluminismo

- XV. Mudança linguística e mudança social no final do Antigo Regime
- XVI. Inovações conceituais na linguagem do Iluminismo
- XVII. O Iluminismo e os limites da tolerância

Quarta parte: Sobre a semântica da história constitucional

- XVIII. A historiografia constitucional e a história dos conceitos
- XIX. Três mundos civis?/Três mundos burgueses?

Quinta parte: Da história dos conceitos à história

conceptualizada

- XX. A dissolução da casa como unidade de dominação estamental
- XXI. Aquém do Estado nacional
- XXII. Cidadão e revolução (1848-1849)
- XXIII. Interesses gerais e particulares dos cidadãos no debate político sobre o meio ambiente

Posfácio Sobre os fragmentos introdutórios de Reinhart Koselleck
Carsten Dutt

Glossário

Fontes

Prefácio

O paradoxo da história dos conceitos

Arthur Alfaix Assis

Bernardo Ferreira

No prefácio de *Estratos do tempo*, editado na Alemanha em 2003, Koselleck menciona o plano de publicar duas outras coletâneas de ensaios e conferências que estavam espalhados em diferentes meios. Quando faleceu, em fevereiro de 2006, esses dois projetos ainda não estavam concluídos. Um deles viria a se materializar no livro *Sobre o sentido e a ausência de sentido da história*, de 2010. O outro, publicado ainda em 2006, é justamente o livro cuja tradução agora está à disposição do leitor de língua portuguesa.

Histórias de conceitos é a quarta obra de Reinhart Koselleck publicada pela Contraponto, na sequência de *Crítica e crise* (1999), *Futuro passado* (2006) e *Estratos do tempo* (2014). Complementa a lista das traduções brasileiras o volume *O conceito de história* (2013), publicado pela editora Autêntica, que contém a versão completa de um longo verbete redigido por Koselleck e outros três colaboradores. A ampla recepção que esses volumes prévios têm experimentado por parte do público acadêmico brasileiro elevou o seu autor ao patamar daquelas figuras que dispensam apresentação.

O presente livro registra e simboliza o engajamento de Koselleck com a teoria e a prática da história dos conceitos, engajamento que se estendeu por cerca de quatro décadas. O ponto de partida foi sua experiência como organizador principal e autor de uma dezena de entradas dos *Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland* [Conceitos históricos fundamentais: léxico histórico da linguagem político-social na

Alemanha, 8 v., 1972-1997].

Embora não tenhamos a versão definitiva da introdução que Koselleck programou escrever para esta coletânea, podemos supor que ele pretendia que o livro funcionasse como uma boa síntese tanto das suas concepções teóricas quanto das suas posturas metódicas. Isso transparece na divisão em cinco partes que estrutura o livro, bem como nos fragmentos do que seria a introdução que o autor não teve tempo de concluir – e que podem ser lidos nas citações entremeadas no posfácio escrito por Carsten Dutt, aqui publicado. Em muitos dos textos, Koselleck revisita o problema dos fundamentos da história dos conceitos, amiúde tendo em vista críticas que no meio do caminho eram endereçadas aos seus trabalhos individuais e, sobretudo, à concepção e execução do seu grande projeto lexicográfico. Defende e desenvolve suas posições, como sempre, com hábeis argumentos. Mobilizando e refinando sua teoria da historiografia, torna a demarcar as diferenças entre a história dos conceitos e a tradicional história das ideias, assim como a reforçar as complementaridades existentes entre a primeira e a história social (e também a história constitucional). Além disso, relativiza as diferenças entre sua abordagem e as que são características da análise do discurso.

Mas Koselleck não só argumenta em favor de uma dada concepção teórica e metodológica. A partir da segunda parte do livro, sua intervenção nesses debates historiográficos move-se do plano da afirmação para o da indicação. Desse ponto em diante, pelo menos no que se refere ao eixo principal das análises, ele deixa de tentar nos *dizer* teoricamente o que seria ou deveria ser a história dos conceitos para nos *mostrar* como ela pode funcionar na prática. Esta é uma função importante, desempenhada na economia da obra pelas investigações sobre diferentes conceitos, como *Bildung*, progresso, decadência, emancipação, crise, patriotismo, revolução, utopia, inimigo, sociedade civil etc.; pelas explorações históricas e teóricas do

patrimônio semântico do Iluminismo e do horizonte conceitual da teoria política aristotélica; e, por fim, pelas sondagens relativas a aspectos de história extraconceitual abrigadas na última parte do livro.

Publicados ao longo de cerca de trinta anos, entre 1976 e 2005, os textos que compõem o presente livro são de extensão e alcance variados. Vão desde um verbete com menos de dez páginas até um longo ensaio que se estende por mais de cinquenta páginas, escrito em colaboração com outros pesquisadores. Em todos, impressionam a densidade e a sofisticação das ideias que se condensam no reduzido espaço de um artigo, de um breve ensaio, de uma conferência ou mesmo de uma entrada de dicionário. A concentração do argumento, que se abre em diferentes direções, entrelaçando de modo inseparável a reflexão teórica e a análise histórica, fazem de Koselleck um “mestre da pequena forma”, para tomar emprestadas as palavras de Reinhard Mehring.

Não pretendemos aqui avançar mais no detalhamento da diversidade de materiais que compõem *Histórias de conceitos*. Não pretendemos e – sejamos claros – isso não nos parece sequer desejável. Cabe ao leitor sondar por conta própria as muitas facetas deste material, explorar sua riqueza das ideias e, quem sabe, se surpreender com o fôlego intelectual que as anima. No entanto, um fio argumentativo que atravessa diversos capítulos pode servir como um convite à leitura e como um bom exemplo do elevadíssimo nível das reflexões abrigadas no livro. Para retecê-lo, tomemos como ponto de partida uma observação, retirada do capítulo XVIII desta coletânea, que pode soar um tanto inusitada e desconcertante. Diz Koselleck: “Uma vez cunhado, o conceito como tal escapa à mudança. Torna-se um assunto do passado. Exagerando um pouco, podemos então formular contra Nietzsche: conceitos como tais não têm história. Contêm, mas não têm história.” Com isso, prossegue o raciocínio: “Falar de história dos conceitos é, portanto, um desleixo

lógico que se naturalizou e que, com isso, se tornou difícil de alterar.”

É difícil não experimentar um certo embaraço diante dessas afirmações, que soam paradoxais. Como é possível que um historiador cujo nome permanece inseparavelmente identificado com a ideia de *Begriffsgeschichte* [história dos conceitos], em um livro intitulado *Begriffsgeschichten* [Histórias de conceitos], afirme que conceitos não têm história, que a designação “história dos conceitos” resulta de um “desleixo lógico”? Como assim? Com tal afirmação, Koselleck parece desautorizar de voz própria boa parte daquilo que realizou em sua exitosa trajetória intelectual. Como, afinal, uma tal frase pode fazer sentido?

Conceitos contêm, mas não têm, história. Começemos por aí. Como formação linguística historicamente situada, Koselleck entende que um conceito social e político possui uma natureza singular e única, e dirige-se a um estado de coisas igualmente singular e único. Compreendido nesses termos – ou seja, como apreensão e conformação linguística de um conjunto de fenômenos situado numa circunstância histórica particular –, um conceito não está sujeito a mudanças. Uma formação conceitual registra e forja simultaneamente, no plano da linguagem, um determinado contexto de experiências, um determinado estado de coisas localizado num tempo e num espaço específicos. Por estar dirigido a uma circunstância singular e única, um conceito social e político não possui vida para além de tal circunstância. Se o estado de coisas a que ele se refere deixa de existir ou se transforma, observa Koselleck, o conceito envelhece, pois os sentidos que abriga já não têm mais um sentido *imediato*. Em tal perspectiva, um conceito não seria passível de mudança. Implica uma espécie de cristalização linguística que permite apreender e conformar certas experiências, mas permanece preso à especificidade histórica destas experiências e tende a desaparecer com elas. Sendo assim, a rigor, não haveria por que falar

de uma história dos conceitos. Por serem formações linguísticas singulares vinculadas a estados de coisas singulares, os conceitos não têm uma história própria, exceto aquela que registra a sua emergência e o seu desaparecimento. Daí que, embora contenham história, eles não tenham história.

No entanto, ainda que, do ponto de vista lógico, os conceitos não tenham história, o vocabulário conceitual – no qual se condensam e se concentram os significados que um dado conceito abrigou em si – pode ser objeto de reapropriações, releituras, reocupações e reinvenções. Uma mesma palavra pode ser portadora de novos conceitos, tornando-se suporte de novos significados, estes últimos, por sua vez, referidos a novos estados de coisas. Mais ainda: significados que, certa feita, fizeram parte de um vocabulário conceitual podem sobreviver à formação conceitual a que estiveram originalmente associados. Podem ser objeto de um processo diacrônico de mediação semântica e, desse modo, podem ser relidos e aplicados a circunstâncias históricas distintas, num movimento que envolve simultaneamente preservação e transformação, continuidade e invenção, permanência e reformulação. Além disso, seria preciso ter em vista a emergência de um novo vocabulário conceitual, o qual se cristaliza, visando a apreender um novo estado de coisas ou, mesmo, induzi-lo. Essas diferentes possibilidades – a associação de um antigo vocabulário conceitual a um novo conceito, a reapropriação e a releitura dos significados passados no âmbito de novas formações conceituais, a invenção de novos vocabulários conceituais – abririam o caminho para a elaboração de uma história dos conceitos. Esta última já não trata das mudanças de formações conceituais singulares e únicas, mas dos processos diacrônicos – e também sincrônicos – de recepção, apropriação, transformação e invenção do vocabulário conceitual e dos seus significados.

Admitir a possibilidade de uma história dos conceitos e,

simultaneamente, insistir na ideia de que um conceito, como tal, não tem história acarreta implicações para a compreensão da natureza das formações conceituais e da sua singularidade histórica. Nesta perspectiva, uma formação conceitual, apesar de sua natureza singular e única, não pode ser concebida como uma espécie de mônada que, fechada em si mesma, conteria apenas aqueles sentidos que sua época lhe conferiu. Ou seja, nenhuma formação conceitual poderia, *em princípio*, ser pensada em termos puramente sincrônicos. Pelo contrário, um conceito, pelo menos potencialmente, conteria em si diferentes camadas de significado, diacronicamente escalonadas. Tais significados seriam o resultado dos processos de mediação, recepção, apropriação e reinvenção de sentidos, associados a formações conceituais do passado. A sobrevivência destes sentidos como parte do repertório linguístico, apesar do envelhecimento e do desaparecimento dos conceitos que lhes eram correspondentes, imporia a necessidade de se pensar a identidade de uma formação conceitual singular e historicamente situada. Esta última seria o resultado do cruzamento de inovações e invenções sincrônicas contra o pano de fundo de possíveis heranças diacrônicas.

Assim, o projeto de uma história dos conceitos é inseparável da premissa de que as mudanças nos estados de coisas e as mudanças nos usos linguísticos e nos modos de falar nunca são inteiramente coincidentes. Caso fossem, ou a linguagem se reduziria a um mero reflexo de uma realidade social antecedente, ou a realidade social poderia ser reduzida à sua mera elaboração linguística. Para Koselleck, porém, esses dois planos se encontram permanentemente articulados e em permanente tensão. Nas suas palavras no capítulo III: “Linguisticamente, sempre expressamos mais ou menos do que aquilo que estava ou está contido na história real. A história sempre contém mais ou menos do que aquilo que pode ser expresso linguisticamente.”

Elaboremos um pouco mais esse ponto, retomando o problema da sobrevivência e da reapropriação dos significados históricos contidos numa formação conceitual singular. Para Koselleck, reconhecer a natureza única e singular de um conceito implica assumir seu caráter relativo e, com isso, endossar a premissa historicista de que no mundo histórico, em última análise, só existem objetos particulares, irreduzíveis entre si. Por outro lado, ao postular a sobrevivência de significados do passado no repertório da linguagem e ao afirmar a possibilidade de uma reapropriação e uma releitura destes significados no presente, Koselleck busca qualificar a referida premissa historicista, sem, no entanto, recusá-la. A natureza historicamente relativa das sucessivas formações conceituais precisa ser considerada contra um pano de fundo de permanência e de herança linguística. A singularidade do novo e da inovação não se dá no vazio, e sua abordagem exigiria uma perspectiva intelectual capaz de se aproximar de “um historicismo refletido, carregado de uma intenção teórica imposta pela própria linguagem” (capítulo XVIII). Nessa perspectiva, afirmar a irreduzibilidade e a relatividade de todas as formações conceituais historicamente situadas não significa condená-las irrevogavelmente à condição de fatos do passado. Ainda que, em si mesmas, tais formações não tenham história, o vocabulário conceitual e os sentidos incorporados nelas têm, por assim dizer, uma sobrevida, graças à qual tais sentidos tanto podem interpelar o presente quanto podem ser por ele interpelados.

Esse duplo movimento, para Koselleck, só é possível porque aquilo que se diz num dado momento sobre um determinado estado de coisas nunca coincide por inteiro com este estado de coisas e, por isso, contém mais e/ou menos do que está dado na experiência concreta. Assim, os sentidos que foram objeto de uma formação conceitual do passado não esgotam seu potencial semântico naquele passado. Os significados pretéritos, que perderam o sentido imediato que

possuíam no passado, podem recuperar um sentido mediato em outro momento e em outra circunstância histórica. Assim, graças a essa não coincidência e a essa tensão entre palavra e coisa, entre conceito e realidade extralinguística, torna-se possível pensar a interdependência e a autonomia tanto da *Begriffsgeschichte* [história dos conceitos] quanto da *Sachgeschichte* [história extraconceitual] – seja no plano do próprio acontecer, seja no plano do conhecimento. Por isso, a crítica de Koselleck ao “desleixo lógico” no uso da noção de *Begriffsgeschichte* não deixa de ser uma maneira de afirmar que “os conceitos têm também uma história própria, imanente à linguagem” (capítulo III). O paradoxo, no fim das contas, em vez de pura e simplesmente nos convidar ao silêncio, nos incita a criar sofisticados meios para tentar dar conta da realidade (linguística) do passado na sua duração, na sua mudança e na sua eventual presença.

Primeira parte

**Sobre a teoria e o método
da história dos conceitos**

I.

História social e história dos conceitos

Quem se ocupa da história [*Geschichte*] – seja lá o que for – e a define como história social, certamente, delimita sua temática. Quem aborda a história em termos da história dos conceitos faz, evidentemente, o mesmo. No entanto, nessas duas direções não está em jogo o mesmo tipo de demarcação que caracteriza as demais especializações que podemos observar no âmbito da história geral. A história da economia da Inglaterra, a história da diplomacia da Alta Idade Moderna [*Frühe Neuzeit*]¹ ou a história da Igreja ocidental, por exemplo, são disciplinas especiais, delimitadas temporal e regionalmente, que merecem ser pesquisadas. Trata-se então de aspectos especiais da história geral.

O mesmo não ocorre com a história social e a história dos conceitos: em virtude de sua autofundamentação teórica, elas reclamam para si uma validade que pode se estender e ser aplicada a todas as histórias especializadas. Afinal, que história não trata de relacionamentos interpessoais, de formas de associação ou de estratificações sociais? Assim, a especificação da história [*Geschichte*] como história social levanta uma pretensão permanente de natureza irrefutável – antropológica, por assim dizer – que se esconde por trás de todas as formas de historiografia [*Historie*].² Ademais, existe alguma história que não tivesse que ser concebida como tal antes de se cristalizar em história? A investigação sobre os conceitos e sua história linguística é uma condição mínima tão importante para a apreensão da história quanto a tese de que a história trata das sociedades humanas.

I. Retrospectiva histórica

A história social e a história dos conceitos existem como abordagens explicitamente formuladas desde a época do Iluminismo e da descoberta do mundo histórico, que nela ocorreu; ou seja, desde o momento em que as formações sociais tradicionais se tornaram instáveis e, concomitantemente, a reflexão linguística passou a sofrer a pressão da mudança de uma história que agora estava sendo vivenciada e articulada de maneira nova. Quem acompanha a história da reflexão e da representação histórica desde então sempre se depara com ambas as abordagens, seja de forma reciprocamente elucidativa, como em Vico, Rousseau e Herder, seja isoladamente.

A pretensão de reduzir todas as manifestações históricas da vida e suas mudanças às condições sociais e deduzi-las destas é levantada desde as filosofias da história do Iluminismo até Comte e o jovem Marx. Seguem-se a estas, com uma postura metódica³ já mais positivista, as histórias da sociedade e da civilização, as histórias culturais e dos povos do século XIX e, por fim, as histórias regionais que abarcam todos os âmbitos da vida e cujo produto sintético, desde Moser e Gregorovius até Lamprecht, pode ser chamado histórico-social ou ainda histórico-cultural.

Por outro lado, existem, desde o século XVIII, histórias dos conceitos deliberadamente tematizadas como tais – o termo provém, muito provavelmente, de Hegel.⁴ Elas ocupavam seu lugar permanente nas histórias da linguagem e na lexicografia histórica. Evidentemente, a história dos conceitos era abordada por todas as disciplinas que trabalhavam de modo histórico-filológico e precisavam se certificar de suas fontes por meio de abordagens hermenêuticas. Cada tradução para o próprio presente implica uma história dos conceitos, cuja inevitabilidade metódica para todas as ciências humanas [*Geisteswissenschaften*] e sociais já foi exemplarmente demonstrada por Rudolf Eucken em sua *Geschichte der philosophischen Terminologie*.⁵

Na prática da pesquisa, portanto, também encontramos por toda parte remissões mútuas que associam análises no campo da história

social e da história constitucional a questões situadas no âmbito da história dos conceitos. Nos estudos sobre a Antiguidade e nas pesquisas sobre a Idade Média esse vínculo recíproco sempre esteve presente, de forma mais ou menos refletida. Afinal, qual estado de coisas [*Sachverhalt*] poderia ser estudado, sobretudo quando as fontes são escassas, sem levar em conta a maneira como conceitos na época e no presente são elaborados? No entanto, salta à vista que o entrelaçamento entre os métodos da história social e da história dos conceitos [*Sozial- und der Begriffshistorie*] só foi estudado sistematicamente na década de 1930; lembramos aqui Walter Schlesinger e, principalmente, Otto Brunner. Nas disciplinas vizinhas, temos como seus padrinhos Erich Rothacker na filosofia, Carl Schmitt no direito e Jost Trier na linguística.

Em termos de uma política de pesquisa, a união da história social à história dos conceitos se voltava contra duas correntes bem distintas, ambas dominantes na década de 1920: por um lado, tratava-se de dar adeus a certos conceitos da história das ideias e do espírito [*ideen- und geistesgeschichtliche Konzepte*], aos quais se dava atenção porque, por assim dizer, tinham valor por si só, sem levar em conta seu contexto político-social concreto; por outro lado, tratava-se, acima de tudo, de evitar uma história política de cunho factual e, em lugar disso, interrogar as suas premissas de longo prazo.

Como Otto Brunner ressalta no prefácio à segunda edição de sua obra *Land und Herrschaft*,⁶ ele quis “interrogar as premissas concretas da política medieval, em vez de simplesmente descrevê-la”. Para ele, o importante era abordar as estruturas de longo prazo da constituição social e sua mudança – jamais momentânea –, tematizando expressamente a respectiva autoarticulação linguística dos grupos, associações ou estratos sociais, assim como a história de sua interpretação. Não é por acaso que a revista *Annales*, que surgiu na França com base em um interesse de pesquisa análogo, introduziu a

partir de 1930 a rubrica “palavras e coisas”. Para Lucien Febvre e Marc Bloch, a análise linguística era parte integrante de suas pesquisas sócio-históricas. Na Alemanha, Gunther Ibsen abriu novos caminhos para a história moderna ao complementar suas análises no campo da história social e, particularmente, da demografia com investigações linguísticas. Todas essas sugestões foram acatadas por Werner Conze, que, em 1956-1957, fundou o Grupo de Trabalho em História Social Moderna [*Arbeitskreis für moderne Sozialgeschichte*].⁷ Graças à iniciativa de Conze, a conjugação de questões no campo da história social e no da história dos conceitos passou a fazer parte dos desafios permanentes desse grupo, assim como a determinação da diferença entre ambas, tema de que falaremos a seguir.

II. A impossibilidade de uma “*histoire totale*”

Sem formações sociais e sem os conceitos com os quais tais formações – de modo reflexivo ou autorreflexivo – tentam definir e vencer os desafios que se lhe apresentam, não existe história: na ausência de ambos os fatores, esta não pode ser objeto nem de experiência nem de interpretação, nem de representação nem de narração. Sociedade e linguagem, portanto, são condições meta-históricas sem as quais nem a história [*Geschichte*] nem a historiografia [*Historie*] são concebíveis. Por isso, as teorias, questões e métodos da história social e da história dos conceitos sempre se referem ou podem ser referidos a todas as áreas imagináveis do conhecimento histórico [*Geschichtswissenschaft*]. Por essa razão, porém, insinua-se também, por vezes, o desejo de conceber uma “história total”. Quando, por motivos pragmáticos da pesquisa, as investigações empíricas do historiador social ou dos conceitos abordam temas restritos, essa autolimitação ainda não implica restringir a pretensão de validade geral associada a uma teoria da história possível, que necessariamente pressupõe sociedade e linguagem.

Sob a pressão das especializações metodicamente necessárias, as abordagens no campo da história social e dos conceitos recorrem, inevitavelmente, à ajuda de disciplinas vizinhas. Precisam, portanto,

proceder de modo interdisciplinar. Isso, porém, não significa que sua pretensão teórica de generalidade possa ser estabelecida de forma absoluta ou total. Por certo, elas estão obrigadas a pressupor a totalidade das relações sociais, assim como suas articulações linguísticas e seus sistemas de interpretação. Porém, a premissa formalmente irrefutável de que toda história tem a ver com a sociedade e a linguagem não autoriza a conclusão, de amplo alcance, de que seria substantivamente possível escrever ou mesmo conceber uma “história total”.

Independentemente de quão numerosas ou plausíveis possam ser as objeções empíricas a uma história total, existe uma objeção à sua viabilidade que resulta da própria tentativa de concebê-la. Isso porque o *totum* de uma história da sociedade e o *totum* de uma história da linguagem nunca coincidem integralmente. Mesmo que se suponha o caso, empiricamente impossível, em que ambas as disciplinas sejam tematizadas como totalidades finitamente delimitadas, permaneceria irreduzível a diferença entre a história social e a história de sua conceituação [*Begreifen*].

Nem a conceituação linguística consegue dar conta daquilo que ocorre ou daquilo que de fato [*tatsächlich*] aconteceu, nem o acontecimento se dá sem que seja transformado por sua elaboração linguística. A história social, ou história da sociedade, e a história dos conceitos existem em uma tensão historicamente determinada, em que uma remete à outra, sem que essa tensão possa jamais ser superada [*aufgehoben werden könnte*]. Apenas o dia seguinte te diz o que estás fazendo; e o que dizes se transforma em evento precisamente ao fugir ao teu controle. Aquilo que acontece entre as pessoas, ou seja, socialmente, e aquilo que é dito nesta ocorrência, ou sobre ela, gera uma diferença autopropulsora que impede qualquer “*histoire totale*”. A história efetiva-se na antecipação da incompletude; cada interpretação adequada precisa, portanto, desistir da totalidade.

Um traço característico do tempo histórico é a reprodução contínua da tensão entre, de um lado, a sociedade e sua mudança e, do outro, o processamento e a elaboração linguísticos das mesmas. Cada história nutre-se dessa tensão. Relações sociais, conflitos, suas soluções e seus pressupostos mutáveis nunca coincidem com as articulações linguísticas, em virtude das quais as sociedades agem, se compreendem, interpretam, mudam e se reconfiguram. Colocaremos essa tese à prova sob dois aspectos: tendo em vista, por um lado, a história que ocorre *in actu* [*die in actu geschehende Geschichte*] e, por outro, a história transcorrida, passada [*die geschehene, die vergangene Geschichte*].

III. História em curso [*geschehende Geschichte*], discurso e escrita

Quando a história social e a história dos conceitos são postas em relação, estabelecem-se, entre elas, diferenças que relativizam as pretensões de validade geral de ambas. A história não se esgota no modo pelo qual é apreendida conceitualmente, mas também não é pensável sem essa apreensão conceitual. Tampouco pode a “história” ser simplesmente reduzida a suas relações sociais, ou seja, a nada mais do que relações interpessoais.

No dia a dia, esse vínculo se predefine de forma inseparável, pois o ser humano é, originariamente, dotado tanto de linguagem quanto de existência social. Como essa relação pode ser determinada? A dependência dos eventos individuais, no processo de efetivação do seu acontecer, é relativamente clara em relação à sua viabilização linguística. Nenhuma atividade social, nenhuma querela política, nenhuma transação econômica são possíveis sem diálogo, sem reuniões de planejamento, sem debate público ou acordo secreto, sem ordem – e obediência –, sem consenso dos envolvidos ou desacordo articulado pelos partidos conflitantes. Em sua realização diária, a história cotidiana depende da linguagem em ação, do discurso e da

fala, assim como nenhuma história de amor pode ser concebida sem, no mínimo, três palavras: tu, eu, nós. Todo acontecer social, em suas múltiplas conexões, se baseia num trabalho comunicativo prévio e no trabalho da mediação linguística. Instituições e organizações, desde a menor associação até a ONU, dependem disso, seja pela via da fala ou da escrita.

Por mais claro que isso seja, é evidente que essa observação precisa ser restringida. O que de fato acontece é, obviamente, mais do que a articulação linguística que leva à sua ocorrência ou que a interpreta. A ordem ou a decisão colegiada ou o grito elementar para matar não são idênticos à violência do próprio ato de matar. As palavras trocadas por um casal de amantes não esgotam o amor que duas pessoas experimentam. As regras escritas de uma organização e as formas orais com que são implementadas não são idênticas à ação e à eficácia da organização em si.

Sempre existe uma diferença entre uma história que acontece e sua viabilização linguística. Nenhum ato de fala [*Sprechhandlung*] já é o próprio ato que ele ajuda a preparar, desencadear e executar. No entanto, precisamos reconhecer que, muitas vezes, uma palavra provoca consequências irrevogáveis. Basta lembrar, como exemplo drástico, a ordem do Führer de invadir a Polônia. Mas é justamente aqui que a relação se evidencia. Uma história não se realiza sem a fala, mas nunca é idêntica, nem pode ser reduzida a esta.

Por isso, devem existir, para além da linguagem falada, outros trabalhos de preparação e outros modos de efetivação que tornam os eventos possíveis. Devemos mencionar aqui, por exemplo, a área da semiótica, que transcende os limites da linguagem. Basta pensar nos gestos corporais, através dos quais a linguagem se comunica apenas de modo cifrado; nos rituais mágicos e até na teologia do sacrifício, cujo lugar histórico não é a palavra, mas, por exemplo, a cruz; em modos de conduta de grupos, estabelecidos graças a seus símbolos; ou nas

sinalizações do trânsito moderno: trata-se sempre de uma linguagem de signos, compreensível sem palavras. Naturalmente, todos os signos mencionados podem ser verbalizados. Também podem ser reduzidos à linguagem, mas sua força consiste justamente em sua capacidade de prescindir da linguagem falada para, então, provocar ações correspondentes ou orientar posturas e modos de conduta através de signos ou símbolos.

Lembremos de outras condições extralinguísticas das histórias possíveis: a proximidade ou o distanciamento espacial; as distâncias que podem gerar ou inibir conflitos; as diferenças temporais entre as idades da mesma unidade geracional; a bipolaridade dos sexos. Todas essas diferenças contêm em si eventos, conflito e reconciliação que são viabilizados pré-linguisticamente. Estes podem, mas não necessariamente têm de, se realizar por meio de sua articulação linguística.

Existem, portanto, elementos extralinguísticos, pré-linguísticos – e pós-linguísticos – em todas as ações que levam a uma história. Eles dependem de condições elementares, geográficas, biológicas e zoológicas. Todas influem nos eventos sociais por intermédio da constituição humana. Nascimento, amor e morte, comida, fome, miséria e doenças, quem sabe até mesmo a felicidade, bem como, de qualquer modo, o roubo, a vitória, o assassinato e a derrota – todos esses também são elementos e modos de efetivação da história humana, cujas condições extralinguísticas dificilmente podem ser negadas. Estendem-se desde o cotidiano até a identificação das configurações da dominação política.

No entanto, no contexto concreto das ações geradoras de eventos, as distinções analíticas que fizemos aqui são dificilmente compreensíveis. Pois todas as premissas pré-linguísticas são linguisticamente moldadas pelos seres humanos e mediadas na fala concreta com suas ações e seus sofrimentos. A linguagem falada, o

texto lido e o discurso efetivo – ou ignorado – se entrecruzam no processo de realização do acontecer e geram o evento, que sempre é composto de elementos extralinguísticos e linguísticos de natureza ativa e passiva. Ainda quando se para de falar, permanece o saber linguístico prévio, que é inerente ao ser humano e o capacita para se comunicar com aquele ou aquilo que lhe está próximo – seja um ser humano, um objeto, um produto, uma planta ou um animal.

Quanto mais alto é o nível de agregação das unidades humanas de ação – por exemplo, em processos de trabalho modernos, com seus diversos entrelaçamentos econômicos, ou em cada vez mais complexos espaços de ação política –, mais importantes se tornam as condições linguísticas de comunicação para preservar a capacidade de ação. O processo de expansão da mediação linguística permite evidenciar esse ponto: desde a voz que se faz ouvir na praça do mercado, passando pelos veículos técnicos de comunicação – a escrita, a imprensa, o telefone, o rádio até a tela de uma televisão ou de um computador – incluindo em suas instituições a difusão técnica; desde o mensageiro, passando pelos correios e a imprensa, chegando ao satélite – e as consequências que decorrem de toda codificação linguística. Sempre se tratou de tornar mais duradouro o alcance da linguagem falada para evitar acontecimentos, ou para expandi-los e acelerá-los; para antecipar-se aos acontecimentos, provocá-los ou controlá-los. Essa indicação é suficiente para demonstrar o entrelaçamento de cada “história social” e cada “história da linguagem” com os respectivos processos de efetivação do discurso e da ação.

In actu, o discurso falado ou o texto lido não podem ser separados daquilo que está acontecendo; essa distinção só pode ser feita analiticamente. A pessoa arrebatada por uma palestra vivencia isso não apenas linguisticamente, mas com todo o seu corpo; e aquele que é silenciado por uma ação, aquele que “se vê sem palavras”,

experimenta ainda mais sua dependência da linguagem [*Verwiesenheit auf Sprache*] para poder retomar seus movimentos. Esses exemplos de mutualismo entre fala, ação e sofrimento podem ser transpostos do plano pessoal para níveis mais complexos de unidades de ação social. O entrelaçamento que apresentamos aqui dos assim chamados atos linguísticos [*Sprachhandlungen*] com o acontecer “factual” se estende da conduta individual às suas múltiplas interligações sociais, em virtude das quais os eventos se inserem em seus contextos. Esse diagnóstico, que, a despeito de todas as suas variações históricas, vale para toda história em curso, tem consequências relevantes para a representação de histórias passadas, especialmente para a diferença entre a história social e a história dos conceitos.

IV. A história representada [*dargestellte Geschichte*] e suas fontes linguísticas

O vínculo empírico acima demonstrado entre fazer e enunciar, agir e falar é superado assim que o foco na história que acontece *in eventu* se desloca para a história passada, da qual o historiador profissional se ocupa – *ex eventu*. A distinção analítica entre os níveis de ação extralinguístico e linguístico adquire a qualidade de uma precondição antropológica, sem a qual nenhuma experiência histórica pode ser transposta para afirmações cotidianas ou científicas. Isso porque só posso adquirir conhecimento daquilo que ocorreu – para além da minha experiência própria – por meio da fala ou da escrita. Mesmo quando a linguagem possa ter sido – parcialmente – apenas um fator secundário na efetivação daquilo que fazemos ou sofremos, tão logo um acontecimento se torna parte do passado, a linguagem se converte no fator primário, sem o qual nenhuma lembrança e nenhuma transposição científica dessa lembrança seriam possíveis. A primazia antropológica da linguagem na representação da história transcorrida adquire, assim, um *status* epistemológico. Isso porque devemos decidir linguisticamente que parte da história passada estava linguisticamente condicionada e que parte não estava.

Em termos antropológicos, toda “história” se constitui por meio da

comunicação oral e escrita das gerações que convivem entre si e transmitem umas às outras suas respectivas experiências. Só quando o espaço da lembrança transmitida oralmente diminui, com a extinção da geração mais velha, a escrita se transforma em portador primário da mediação histórica. Existem numerosos resíduos extralinguísticos que testemunham eventos e situações passados: escombros que testemunham catástrofes; moedas de organizações econômicas; construções que remetem a comunidades, estruturas de dominação e serviços; estradas que remetem ao comércio ou à guerra; paisagens culturais que testemunham o trabalho de gerações; monumentos que falam de vitória ou morte; armas que aludem a combates; utensílios que aludem à invenção e ao uso. No conjunto, trata-se de “reliquias”, ou “descobertas” – ou imagens –, que podem testemunhar várias coisas ao mesmo tempo. Tudo isso torna-se objeto das disciplinas históricas especializadas. No entanto, aquilo que “de fato” ocorreu só pode ser atestado, para além de todas as hipóteses, por meio do que foi transmitido de forma oral ou escrita, ou seja, justamente por meio de testemunhos linguísticos. Somente as fontes linguísticas permitem definir qual parte do passado deve ser atribuída àquilo que “de fato” aconteceu e qual corresponde ao que “linguisticamente” aconteceu.

Somente os testemunhos linguísticos permitem determinar *post eventum* o que estava entrelaçado *in eventu*; e, a depender de como esses registros linguísticos são transmitidos, via tradição oral ou escrita, gêneros dos mais diferentes tipos se aproximam e se afastam uns dos outros.

O mito e o conto de fada, o drama, a epopeia e o romance caracterizam-se por pressupor e tematizar o vínculo originário entre discurso e ação, entre sofrer, falar e silenciar. Somente a presentificação de uma história [*Geschichte*] em curso institui um sentido digno de ser lembrado. E é exatamente isso que fazem todos os relatos historiográficos [*Historien*], que recorrem a falas reais ou

fictícias para fazer jus aos eventos que são dignos de rememoração; ou que evocam aquelas palavras fixadas na escrita, as quais testemunham o entrelaçamento entre fala e ação.

O desafio colocado a toda interpretação, de si ou do mundo, consiste em investigar e transmitir aquelas situações inconfundíveis que geram a sua própria mudança e por trás das quais pode transparecer algo como um “destino”. É disso que tratam todas as memórias e as biografias, as mais e as menos bem-feitas – a expressão inglesa “life and letters” enfatiza exatamente a interação de linguagem e vida. O mesmo ocorre com todos os relatos historiográficos [*Historien*] que seguem os eventos em sua dinâmica imanente. “Ele disse isso e fez aquilo, ela disse aquilo e fez tal coisa, disso resultou algo surpreendente, algo novo que transformou tudo” – esse esquema formalizado fornece a estrutura de inúmeras obras, principalmente as que, como as histórias políticas de cunho factual ou as histórias diplomáticas, permitem reconstruir os acontecimentos *in actu* graças às fontes existentes. Consideradas em termos de seu desempenho linguístico, essas histórias [*Historien*] fazem parte de uma série que se estende do mito ao romance.⁸ Mas o *status* científico delas se baseia na autenticidade – sujeita à comprovação – de suas fontes linguísticas, em que está registrado o entrelaçamento, anteriormente pressuposto, entre feitos e atos linguísticos [*Sprachhandlungen*].

Graças ao trabalho linguístico, aquilo que pode ser distinguido analiticamente, o pré-linguístico e o linguístico, é novamente reunido em uma forma “análoga à experiência”: trata-se da ficção do factual [*Faktische*]. Pois aquilo que de fato ocorreu só é real – na visão retrospectiva – por intermédio da representação [*Darstellung*] linguística. Portanto, ao contrário do discurso ativo na história em processo de realização, a linguagem adquire aqui uma primazia epistemológica que sempre a obriga a posicionar-se por cima da relação entre linguagem e ação. No entanto, existem gêneros que,

confrontados com essa alternativa, se articulam de forma extremamente unilateral. De um lado, são surdos ou teimosos diante daquelas contribuições linguísticas que simplesmente fazem parte de uma história. Há os anais, que registram apenas os eventos, apenas aquilo que ocorreu, mas não dizem como vieram a acontecer. Há também os manuais e as obras da assim chamada história narrativa, que tratam dos atos, do sucesso ou do fracasso, mas não das palavras ou dos discursos que levaram a eles. Às vezes, são os grandes homens que agem; às vezes, sujeitos de ação altamente estilizados, por assim dizer, se tornam ativos independentemente da linguagem [*sprachlos tätig werden*]: Estados ou dinastias, igrejas ou seitas, classes ou partidos, povos ou nações, ou quaisquer outras unidades de ação hipostasiadas. Raramente, porém, são investigados os padrões linguísticos de identificação, sem os quais esse tipo de unidade de ação jamais poderia agir. Mesmo onde o discurso oral ou seus equivalentes escritos são incluídos na representação, os testemunhos linguísticos tornam-se suspeitos de ideologia com demasiada frequência ou são lidos de forma meramente instrumental em relação a supostos interesses prévios ou intenções perversas.

Até mesmo as investigações no campo da história da linguagem que tematizam primariamente os próprios produtos linguísticos – no extremo oposto da nossa escala – costumam entrar na mesma zona de perigo, pois também elas acomodam tais produtos numa história real que, antes de qualquer outra coisa, precisa ser constituída linguisticamente. Mas as dificuldades metodológicas, enfrentadas especialmente pela sociolinguística, para relacionar a fala e a linguagem a condições e mudanças sociais permanecem presas à aporia compartilhada por todos os historiadores: a exigência de primeiro demarcar linguisticamente as fronteiras do objeto de que se quer falar.

Por isso, nessa corporação dos historiadores encontramos também

o outro extremo: a simples edição das fontes linguísticas, dos resíduos escritos do discurso falado ou escrito do passado. Com isso, passa a caber ao acaso da transmissão definir onde foi propriamente tematizada a diferença entre ação extralinguística e ação linguística. Aqui, a tarefa do bom comentário consiste em detectar o sentido dos documentos, o qual não pode ser apreendido sem que se determine a diferença entre discurso e estado de coisas [*Sachverhalt*].

Assim, teríamos caracterizado três gêneros que, confrontados com a alternativa entre ato linguístico e ato fático [*Sprachhandlung und Tathandlung*], ou remetem um ao outro – como o fazem os sociolinguistas – ou, nos casos extremos, os tematizam separadamente. Em termos epistemológicos, a linguagem sempre realiza uma dupla tarefa: de um lado, remete aos contextos extralinguísticos dos acontecimentos; de outro, ao fazê-lo, também remete a si mesma. Portanto, do ponto de vista histórico, a linguagem sempre é autorreflexiva

V. Evento e estrutura – fala e linguagem

Até agora, falamos e indagamos apenas sobre a história em curso e a história transcorrida, sobre a história atual e a passada, sobre como discurso e ação se relacionam *in actu*, em um corte, por assim dizer, sincrônico. A problemática amplia-se, assim que abordamos a diacronia. Assim como fala e ação, sincronia e diacronia não podem ser empiricamente separadas na efetivação do acontecer. No curso dos acontecimentos, intervêm tanto condições e fatores determinantes – que, em diferentes níveis de profundidade temporal, se estendem do que chamamos de passado até o presente – quanto agentes que “concomitantemente” atuam guiados por seus respectivos projetos do futuro. Toda sincronia é, *eo ipso*, ao mesmo tempo diacrônica. *In actu*, todas as dimensões temporais estão sempre entrelaçadas. Seria contraditório com relação a toda experiência definir o presente como um daqueles momentos que, vindos do passado, se acumulam em direção ao futuro ou que – em um sentido contrário – deslizam do futuro para o passado como pontos de

transição inapreensíveis. Do ponto de vista puramente teórico, poderíamos definir toda história como um presente permanente, no qual passado e futuro estão contidos – ou então como um entrelaçamento contínuo entre o passado e o futuro que extingue constantemente qualquer presente. No primeiro caso, em que se enfatiza a sincronia, a história é degradada à condição de um puro espaço de consciência, no qual todas as dimensões temporais estão simultaneamente contidas; no outro caso, em que se enfatiza a diacronia, a presença ativa dos seres humanos não teria, historicamente, nenhum espaço de ação. Esse experimento mental só pretende indicar que a diferenciação introduzida por Saussure entre sincronia e diacronia pode ser útil no nível analítico, mas não faz jus à complexidade dos entrelaçamentos temporais que se verificam no curso do acontecer histórico.

Com essa ressalva, serão usadas as categorias analíticas de sincronia, que tem em vista os acontecimentos na atualidade de sua condição presente [*jeweils aktuelle Gegenwärtigkeit des Geschehens*], e de diacronia, que tem em vista a dimensão de profundidade temporal, igualmente contida na atualidade de todos acontecimentos. Pois muitas condições influem, em longo ou em médio prazo – como também, naturalmente, em curto prazo –, numa história em processo de realização. Elas delimitam as possibilidades de ação ao abrir ou viabilizar apenas alternativas específicas.

Tanto a história social quanto a história dos conceitos pressupõem teoricamente esse vínculo, mesmo que de modos diferentes. A história social investiga justamente esse vínculo entre eventos sincrônicos e estruturas diacrônicas. E a história dos conceitos tematiza um vínculo análogo entre o discurso vocalizado, no plano sincrônico, e a linguagem previamente dada e sempre efetiva, no plano diacrônico. Aquilo que ocorre pode ser singular e novo, mas nunca é tão novo a ponto de não ter sido viabilizado por condições sociais preestabelecidas no longo prazo. É possível cunhar um novo conceito capaz de verbalizar experiências ou expectativas inéditas, mas este nunca pode ser tão novo a ponto de não residir virtualmente na

linguagem previamente dada e de não extrair seu sentido do contexto linguístico herdado. A interação de falar e agir, na qual o acontecer se realiza, é, portanto, ampliada pelas duas correntes de pesquisa em suas dimensões diacrônicas – a serem definidas diferentemente –, sem as quais a história não seria possível nem poderia ser compreendida.

Uma série de exemplos esclarecerá este ponto. O matrimônio é uma instituição que, apesar de suas implicações biológicas pré-linguísticas, representa um fenômeno cultural com numerosas variantes em toda a história da humanidade. Já que se trata de uma forma de associação entre dois ou mais seres humanos de sexo diferente ou igual, o matrimônio é um genuíno objeto de pesquisa da história social. Ao mesmo tempo, é evidente que a história social só pode falar dele se existirem fontes escritas que nos informem sobre como o matrimônio foi conceituado em determinado momento.

Podemos então construir, na forma de modelos esquemáticos, duas abordagens metodológicas. A primeira volta seu foco primariamente para os eventos, para os atos articulados na fala, na escrita e na ação; a outra, em primeira linha, para as condições diacrônicas e suas mudanças no longo prazo. Procura, então, identificar as estruturas sociais e seus equivalentes linguísticos:

1. Podemos tematizar um evento individual, um casamento real, por exemplo, sobre o qual as fontes dinásticas nos oferecem ricas informações; quais foram os motivos políticos que influíram na decisão, quais foram as condições contratuais e os dotes negociados, como foram encenadas as cerimônias e outras coisas mais. Também o decurso do matrimônio pode ser sempre reconstruído e narrado na sequência das ocorrências, incluindo suas consequências terríveis, como quando, por ocasião da morte de um dos cônjuges, a sucessão contratualmente prevista tenha levado a uma guerra de sucessão. Hoje, de forma análoga, também é possível reconstruir a história de um matrimônio concreto entre os grupos sociais mais baixos – um

tema interessante da história cotidiana, que recorre a numerosas fontes até então não usadas. Em ambos os casos, trata-se de histórias únicas, singulares, que podem conter cada qual uma tensão insuperável entre felicidade e miséria, e permanecem imersas em contextos religiosos, sociais e políticos.

2. A história social e a história dos conceitos não conseguirão ignorar esses casos individuais, mas a investigação deles não é seu interesse primário. Caracterizemos a segunda abordagem metodológica, uma vez mais sob a forma de um modelo esquemático. Ambas, a história dos conceitos e a social, visam a condições de longo prazo, de efeito diacrônico, que viabilizaram o caso individual, e investigam os processos de longo prazo que podem ser deduzidos da soma dos casos individuais. Em outras palavras: investigam as estruturas e suas mudanças, e examinam as condições linguísticas sob as quais essas estruturas foram introduzidas, apreendidas e também transformadas na consciência social.

Vejamos primeiro os procedimentos específicos da história social e, em seguida, os da história dos conceitos.

A história social não ignora a dimensão sincrônica dos casamentos concretos, das palavras pronunciadas e das correspondências trocadas; abarca-a, antes, numa perspectiva diacrônica. Assim, do ponto de vista da história social, o número de casamentos é processado estatisticamente para comprovar o aumento da população para cada estrato específico. A partir de quando o número de casamentos ultrapassa o número preestabelecido de casas e propriedades fundiárias correspondentes a cada grupo estamental, cujo espaço para o provimento da alimentação era limitado? Qual é a relação do número de casamentos com as respectivas curvas de salários e preços, com as colheitas boas ou ruins, a fim de avaliar a interferência dos fatores econômicos e naturais na reprodução da população? Como os nascimentos legítimos e ilegítimos podem estar

relacionados entre si, para traçar um quadro das situações de conflito social? Qual é a relação entre o número de nascimentos e de mortes de crianças e entre mães e pais, para explicar a mudança no longo prazo de uma vida conjugal “típica”? Como se apresenta a curva dos divórcios, a qual também permite obter conclusões sobre o tipo de casamento? Todas essas perguntas, escolhidas quase ao acaso, têm em comum o fato de que revelam e ajudam a reconhecer processos “reais” de longo prazo que, como tais, não estão contidos diretamente nas fontes.

É necessário um trabalho preparativo penoso que permita uma comparação das informações encontradas nas fontes, para então agregar séries numéricas a partir delas e, por fim – mas também previamente –, é necessário um trabalho de reflexão sistemática para interpretar as séries de dados agregados. De modo algum as informações linguísticas das fontes são suficientes para que se deduzam delas, de forma imediata, informações sobre estruturas de longo prazo. A soma dos casos individuais concretos, que ocorrem e são comprovados no plano da sincronia, é muda e incapaz de “comprovar” estruturas de longo ou de médio prazo, ou seja, estruturas diacrônicas. A extração de afirmações duradouras da história passada exige, portanto, um trabalho teórico preparativo e o uso de uma terminologia científica – só a partir disso é possível identificar relações e interações das quais as pessoas do passado não podiam estar conscientes.

O que no longo prazo “de fato” aconteceu na história – e não, por exemplo, linguisticamente – permanece, do ponto de vista da história social, uma reconstrução científica, cuja evidência depende do poder de persuasão da teoria utilizada. Naturalmente, para que se possa abordar a factualidade do passado, toda afirmação teoricamente fundamentada deve estar sujeita ao controle metódico das fontes, mas o caráter de realidade de fatores duradouros não pode ser

suficientemente fundamentado a partir de fontes individuais. Por isso, seguindo, por exemplo, os passos de Max Weber, podemos construir tipos ideais que reúnem em si diferentes critérios de descrição da realidade, de modo que as conexões pressupostas sejam consistentemente interpretáveis. É possível – tomando um caso do nosso repertório de exemplos – elaborar tipos de casamento e de famílias de camponeses e do subcampesinato [*unterbäuerlich*],⁹ nos quais confluem a média de nascimentos e mortes, sua correlação com a curva de salários ou preços, ou com a sequência de safras ruins, com o tempo de trabalho e a carga tributária, a fim de averiguar como se diferenciavam o casamento e a família de camponeses e do subcampesinato, e como ambos se transformaram na transição da era pré-industrial para a industrial.

Os fatores dos casos individuais – e não os próprios casos – podem, então, ser estruturados, de tal forma que – dependendo do peso do regime de salários e de preços, da carga tributária ou dos resultados da colheita – as condições econômicas, políticas e naturais de um casamento típico de um estrato específico possam ser compreendidas. Quais fatores são equivalentes e por quanto tempo o são? Quando eles são dominantes e quando são recessivos? Tais questões permitem determinar também prazos, períodos ou limiares de épocas, com ajuda dos quais a história dos casamentos de camponeses e do subcampesinato pode ser segmentada diacronicamente.

Até agora, escolhemos deliberadamente nossa série de exemplos tendo em vista os conjuntos de fatores que permitiriam estruturar diacronicamente as sequências de eventos primariamente extralinguísticos e relacioná-los uns aos outros. A compilação desses dados pressupõe uma teoria no campo da história social cuja terminologia científica (no caso, da demografia, da economia e das finanças) permita determinar durações e mudanças jamais encontradas na linguagem das fontes. Portanto, a exigência teórica

aumenta na proporção da distância que se tem de tomar em relação ao “autotestemunho” das fontes para construir quadros de longo prazo ou formas sociais típicas.

Mas é claro que existem ainda conjuntos de fatores completamente diferentes que influem na história dos casamentos que tentamos definir como “típicos”. Trata-se de fatores que não poderiam ser analisados sem uma interpretação de sua autoarticulação linguística. Chegamos assim aos procedimentos necessários no campo da história conceitual que – de forma análoga à distinção entre evento e estrutura – precisam distinguir entre o discurso de um dado momento e suas predeterminações linguísticas.

A teologia e a religião (ou a ausência delas), o direito, os usos e os costumes estabelecem, para cada casamento concreto, condições que o enquadram e que antecedem o caso individual e, normalmente, também sobrevivem a ele. Trata-se ao todo de regras e padrões interpretativos institucionalizados, que geram e delimitam o *habitat* de um casamento. É verdade que padrões de comportamento “extralinguísticos” também se estabelecem nesses termos, mas, em todos os casos citados, a instância de mediação primária é a linguagem.

Um casamento não poderia ser firmado nem levado adiante sem premissas linguisticamente articuladas, mesmo quando o papel destas últimas é decrescente. Elas abarcam desde os costumes e o ato jurídico até o sermão, desde a magia e o sacramento até a metafísica. Portanto, é preciso investigar, em suas diferentes classificações sociais, os gêneros textuais [*Textsorten*] que enquadravam conceitualmente os casamentos. Esses textos podem ter uma origem espontânea, como diários, cartas ou artigos jornalísticos; ou podem ter sido formulados com uma intenção normativa, como, por exemplo, tratados teológicos ou codificações jurídicas e suas interpretações. Em todos os casos vemos a ação de tradições ligadas à linguagem que determinam

diacronicamente a esfera vital de um matrimônio possível. As mudanças só são perceptíveis depois de um novo conceito de casamento ter se formado.

Até o século XVIII, predomina na Europa a interpretação teológica do matrimônio como uma instituição indissolúvel, instaurada por Deus, cujo propósito principal consiste na preservação e na multiplicação da espécie humana. A isso correspondiam as determinações do direito estamental, segundo as quais um casamento só era permitido se a base econômica da casa garantisse a alimentação e a educação dos filhos, além da sustentação mútua dos cônjuges. Muitas pessoas eram legalmente excluídas da possibilidade de contrair matrimônio. O matrimônio como *nucleus* da casa permaneceu atrelado ao direito estamental. Isso mudou com o Iluminismo, que, no *Allgemeine Landrecht für die preussischen Staaten* (1791-1794) [Direito territorial geral para os Estados prussianos],¹⁰ estabeleceu uma nova base jurídica de fundo contratual para o casamento. O vínculo econômico foi afrouxado e a liberdade dos cônjuges, como indivíduos, ampliada a ponto de permitir o divórcio – o que, no âmbito teológico, era proibido. O *Landrecht* de forma alguma rejeitou as determinações no campo da teologia e do direito estamental, mas o conceito de casamento foi modificado em algumas nuances decisivas em prol de uma liberdade e de uma autodeterminação maiores de ambos os cônjuges – algo que só pode ser registrado pela história dos conceitos.

Por fim, encontramos, no início do século XIX, um conceito completamente novo de casamento. A fundamentação teológica foi substituída por uma autofundamentação antropológica; a instituição do casamento foi despojada de sua moldura jurídica para dar espaço à autorrealização moral de duas pessoas que se amam. O dicionário Brockhaus, de 1820, celebra com palavras enfáticas a autonomia postulada e lhe dá um novo conceito: o casamento por amor

[*Liebesehe*]. Assim, o matrimônio perde seu propósito original primário de gerar filhos, e os laços econômicos são ignorados. Posteriormente, Bluntschli chega ao ponto de afirmar (como já fizera Milton) que o casamento sem amor seria imoral; teria, obrigatoriamente, que ser dissolvido.¹¹

Nesses termos, esboçam-se três etapas da história conceitual, as quais, cada uma a seu modo e em pontos decisivos, estruturaram de forma inovadora as argumentações normativas herdadas. Do ponto de vista da história da linguagem, a formação conceitual do direito estamental pré-moderno, a inovadora formação conceitual do *Landrecht* e a formação conceitual romântico-liberal, própria da concepção burguesa da cultura [*bildungsbürgerlich*], tiveram todas elas, por assim dizer, o mesmo caráter de evento. Elas repercutiram em toda a estrutura linguística a partir da qual os casamentos podiam ser concebidos. Não foi a linguagem preestabelecida diacronicamente que mudou como um todo, mas sua semântica e a nova pragmática linguística que ela desencadeou.

De forma alguma, porém, seria possível deduzir com base nos procedimentos da história dos conceitos que a história dos casamentos efetivamente ocorridos se desenrolou em sintonia com essa autointerpretação linguística. As coerções econômicas descritas a partir do ponto de vista da história social continuam vigentes para delimitar, dificultar e comprometer os casamentos. Apesar da diminuição das barreiras jurídicas, as pressões sociais continuam ativas e impedem que o casamento por amor se transforme, em termos empíricos, no único caso normal. Evidentemente, a hipótese conta com a vantagem de que o conceito de casamento por amor, uma vez formulado, por assim dizer, numa antecipação temporal, tenha encontrado no longo prazo oportunidades cada vez maiores de se desenvolver. Por outro lado, não podemos negar que, antes mesmo da formação conceitual tipicamente romântica do casamento por amor, o

amor, embora não mencionado, também havia se introduzido como precondição antropológica nos casamentos do direito estamental.

Como resultado, conclui-se que a relação entre história social e história dos conceitos é de interdependência e de remissão recíproca, sem que ambas possam coincidir entre si. Pois aquilo que, no longo prazo, foi “de fato” efetivo e se transformou não se deixa deduzir diretamente das fontes escritas que nos foram transmitidas. Para tanto, exige-se um trabalho teórico e terminológico preliminar. Aquilo que, por outro lado, pode ser demonstrado pela história dos conceitos – nos acervos escritos que nos foram transmitidos – ainda não nos permite tirar conclusões sobre uma história real, apesar de nos remeter ao espaço de experiência linguisticamente delimitado e dar prova de avanços inovadores que registraram ou iniciaram novas experiências. A diferença entre agir e falar, que demonstramos para a história em processo de realização, também impede retrospectivamente que a “realidade” social coincida em algum momento com a história de sua articulação linguística. Ainda que num corte sincrônico – ele mesmo uma abstração – atos linguísticos e atos fáticos [*Sprech und Tathandlungen*] permaneçam entrelaçados, a mudança diacrônica – que continua sendo uma construção teórica – não se realiza na “história real” e na história dos conceitos obedecendo a sequências temporais e ritmos temporais equivalentes. A realidade pode ter mudado muito antes de a transformação ser conceitualizada, assim como a criação de conceitos pode ter desencadeado a nova realidade.

Ainda assim, existe uma analogia entre história social e história dos conceitos que merece ser mencionada, a título de conclusão. Aquilo que tem lugar de forma singular no curso do acontecer histórico só é possível porque as condições pressupostas se repetem com uma regularidade de longo prazo. Subjetivamente, um casamento pode ser um ato único, mas nele se articulam estruturas passíveis de repetição.

As condições econômicas do casamento, que dependem dos resultados anuais da colheita, ou das variações conjunturais em longo prazo, ou da carga tributária que pesa mensalmente ou anualmente no orçamento de uma casa (para não falar dos serviços regulares prestados pela população camponesa pré-moderna) – todas essas precondições só surtem efeito em virtude de sua repetição regular, mais ou menos contínua. O mesmo vale para as implicações sociais de um casamento que só podem ser compreendidas de forma especificamente linguística. As predeterminações dos costumes, do enquadramento jurídico e – eventualmente – da interpretação teológica, todas essas formas de integração institucional só são efetivas *in actu* por meio de sua repetição caso a caso. Quando mudam, isso se dá de maneira lenta, sem que as estruturas de repetição sejam rompidas. A assim chamada “longa duração” só é historicamente efetiva porque o tempo único dos acontecimentos abriga em si estruturas passíveis de repetição que possuem velocidades de mudança distintas daquelas dos próprios acontecimentos. A temática de toda a história social está contida nessa interação, que as noções de “sincronia” e “diacronia” definem de forma insuficiente.

A interação de cada discurso concreto e da linguagem previamente dada deve ser definida de forma análoga, embora não equivalente. Quando, por exemplo, usamos um conceito como o de “casamento”, evocamos experiências relacionadas ao casamento cujo efeito se estende no longo prazo e que foram armazenadas linguisticamente, integrando-se ao conceito. O contexto linguístico, igualmente preestabelecido, regula a amplitude do repertório de significados do conceito. Toda vez que se usa a palavra “casamento” repetem-se as premissas linguisticamente condicionadas que estruturam seu sentido e sua compreensão. Aqui, como antes, observam-se estruturas de repetição de cunho linguístico, que tanto limitam quanto abrem as possibilidades do discurso. Toda mudança conceitual que se torna um

evento linguístico se realiza no ato de inovação semântica e pragmática, o qual permite apreender diferentemente o velho e, em geral, compreender o novo.

A história social e a história dos conceitos apresentam velocidades de mudança diferentes e se baseiam em diferentes estruturas de repetição. Por isso, a terminologia científica da história social [*Sozialhistorie*] depende da história dos conceitos [*Geschichte der Begriffe*] para assegurar-se da experiência linguisticamente armazenada. Pela mesma razão, a história dos conceitos [*Begriffshistorie*] remete aos resultados da história social [*Sozialhistorie*], para não perder de vista que a diferença entre a realidade desaparecida e os seus testemunhos linguísticos jamais pode se tornar uma suposta identidade.

Referências bibliográficas do tempo do “*linguistic turn*”:

Eugenio Coseriu, *Synchronie, Diachronie und Geschichte*, Munique, 1974.

Hans-Georg Gadamer, *Die Begriffsgeschichte und die Sprache der Philosophie*, Opladen, 1971.

Reinhart Koselleck (org.), *Historische Semantik und Begriffsgeschichte*, Stuttgart, 1978.

John G. A. Pollock, *Virtue, Commerce and History*, Cambridge, 1985.

Rolf Reichardt, “Einleitung”, in idem; Eberhard Schmitt (org.), *Handbuch politisch-sozialer Grundbegriffe in Frankreich 1680-1820*, Munique, 1985, p. 39-148.

Régine Robin, *Histoire et Linguistique*, Paris, 1973.

Irmline Veit-Brause, “A Note on Begriffsgeschichte”, *History and Theory* 20 (1981), p. 61-67.

¹ A noção de Frühe Neuzeit compreende o período que, grosso modo, se estende entre o final do século XV e o final do XVIII. O vocabulário técnico no campo da história em língua portuguesa não possui um equivalente exato para designar esse período – diferentemente do que se observa no mundo anglo-saxão, cuja periodização da história inclui noções como Early Modernity, Early Modern Period. Em sintonia com os estudos recentes no âmbito da História Moderna, optamos traduzir Frühe Neuzeit por Alta Idade Moderna. [N.R.]

² A língua alemã possui duas palavras que correspondem ao vocábulo “história” na língua portuguesa, *Geschichte e Historie*. Porém, ao empregá-las lado a lado, como

ocorre neste parágrafo, Koselleck, frequentemente, designa coisas distintas: uma delas, *Geschichte*, se refere à história como ocorrência, como sequência de eventos (*res gestae*), a história que acontece, digamos assim; a outra, *Historie*, remete às diferentes formas de registrar e representar linguisticamente os acontecimentos (*historia rerum gestarum*), a história que se conta, por assim dizer. Para fazer jus a essa distinção, optamos por traduzir, nesse trecho, *Historie* por “historiografia”, cientes de que o campo semântico do termo original é mais amplo do que o da palavra adotada na versão para a língua portuguesa. Na sequência do presente capítulo e no restante do livro, a depender do contexto, a palavra *Historie* será vertida quer por “história”, quer por “historiografia” (e ocasionalmente por “relato historiográfico”, para dar conta da formulação da frase na língua portuguesa). Ao longo do livro, o uso de *Historie* será ocasional e, toda vez que a tradução se referir a este substantivo, o termo alemão será indicado entre colchetes. Já o uso por Koselleck de *Geschichte* é muito mais frequente e a palavra será sempre vertida por “história”. Toda vez que “história” aparecer sem referência ao vocábulo alemão entre colchetes, a palavra no texto de origem será *Geschichte*. Somente quando, como no presente caso, *Geschichte* seja empregada, num mesmo trecho, ao lado de *Historie*, reproduziremos o termo original entre colchetes. [N.R.]

³ Ao longo do livro, optamos por “metódico”, em vez de “metodológico”, por ser a tradução mais precisa de *methodisch*. A distinção metódico/metodológico já é antiga no vocabulário epistemológico alemão. “Metodológico” aciona a tentativa de racionalizar teoricamente o modo de pensar ou de se engajar com os “dados” da realidade. “Metódico” evoca as lides mais práticas de uma pesquisa. [N.R.]

⁴ H. G. Meier, “Begriffsgeschichte”, em Joachim Ritter (org.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, v. I, Basileia e Stuttgart, 1971, col. 788-808.

⁵ Rudolf Eucken, *Geschichte der philosophischen Terminologie*, Leipzig, 1879 (reimpressão, 1964).

⁶ Otto Brunner, *Land und Herrschaft*, Brünn, Munique e Viena 2, 1942, p. xi.

⁷ Cf. Werner Conze, “Zur Gründung des Arbeitskreises für moderne Sozialgeschichte”, *Hamburger Jahrbuch für Wirtschafts- und Gesellschaftspolitik* 24 (1979), p. 23-32. O próprio Conze preferia o termo “história estrutural” [*Strukturgeschichte*] para assim evitar a limitação evidente do uso da palavra “social” a “questões sociais”. Otto Brunner adotou o termo “história estrutural” para evitar a restrição temporal do termo a uma “história do povo” [*Volksgeschichte*], que, contudo, em razão de sua orientação teórica, já em 1939 visava às estruturas. Para a transição do conceito de povo [*Volk*] para o conceito de estrutura, compare-se a segunda edição de *Land und Herrschaft*, 1942, p. 194, com sua quarta edição modificada, Viena e Wiesbaden, 1959, p. 164: um bom exemplo para o fato de que também interesses de conhecimento politicamente condicionados podem levar a conhecimentos teóricos e metodológicos novos que sobrevivem a seu ponto de partida.

⁸ Cf. Hayden White, *Tropics of Discourse*, Baltimore, Londres, 2ª edição, 1982 (tradução alemã, Stuttgart, 1986).

⁹ A noção de subcampesinato pretende dar conta de um conceito que, na história social do mundo pré-industrial em língua alemã, é usado para se referir aos setores mais baixos do campesinato. A noção “unterbäuerliche Schichten” [camadas

subcamponesas] refere-se, em geral, aos camponeses que não conseguiam viver da agricultura ou que não tinham acesso à terra. [N.R.]

¹⁰ O Allgemeine Landrecht für die preussischen Staaten foi uma codificação patrocinada por Frederico II, rei da Prússia, embora só tenha sido promulgada em 1794 pelo seu sucessor. Inspirado no ideal de racionalização e sistematização da ordem jurídica, característico do Iluminismo, o código englobava aspectos dos direitos privado e público e conjugava concepções heterogêneas, associando alguns traços igualitários de fundo jusnaturalista e premissas hierárquicas da ordem estamental. [N.R.]

¹¹ Cf. também Dieter Schwab, artigo “Familie”, em Otto Brunner et al. (org.), *Geschichtliche Grundbegriffe*, v. 2, Stuttgart, 1975, p. 271-301; Edeltraud Kapl-Blume, *Liebe im Lexikon*, M. A. These, Bielefeld, 1986.

II.

Mudança linguística e história de eventos

Dedicado a Christian Meier

Sticks and stones will break my bones, but words (or names) will never hurt me [Pedras e paus podem quebrar meus ossos, mas palavras (ou nomes) nunca me ferirão]. Como todos os provérbios, este também contém uma verdade inequívoca. Quem já levou uma surra sabe, por experiência, que aqui ocorreu algo que a linguagem jamais poderia produzir. Mas, como todos os provérbios, este também só nos transmite uma verdade parcial. Pois aquele que invoca os *sticks and stones* gostaria precisamente de se esquivar de uma agressão linguística. Palavras também aniquilam. Heródoto relata como a leitura pública das cartas de Dario bastou para que os guarda-costas de Oroites mudassem de opinião e matassem aquele que deveriam proteger (*Histories apodexis 3,28*).

Quanto à nossa pergunta sobre a relação entre história e linguagem, podemos deduzir que a história, no curso do seu acontecer, e a linguagem, o que se diz antes, durante ou depois, têm modos distintos de ser. O atual debate metodológico sobre a *Intellectual History*¹ tende a tornar menos rígida a antítese entre realidade e pensamento, entre ser e consciência, e entre história e linguagem. Em seu lugar, empregam-se antíteses mais maleáveis que podem ser relacionadas uma à outra de forma mais fácil, como *meaning* e *experience*, que se determinam ou se explicam mutuamente, ou até mesmo *text* e *context*, por trás dos quais se escondem condições linguísticas e não linguísticas. Quando *meaning* e *experience* são referidos um ao outro, a sociologia do conhecimento e a análise linguística convergem, por

assim dizer. A admissibilidade de tais procedimentos metódicos não está em questão, pois toda linguagem é historicamente condicionada e toda história é linguisticamente condicionada. Quem ousaria negar que todas as experiências concretas que fazemos só se tornam experiências pela mediação da linguagem e que só assim a história vem a ser possível? Mesmo assim, gostaria de insistir na separação analítica entre história e linguagem, pois ambas nunca são totalmente congruentes. Esta é a tese que busco expor. Entre falar e agir, ou entre falar e sofrer, permanece uma diferença, mesmo quando falar é um ato linguístico [*Sprachhandlung*], e mesmo quando agir e sofrer são linguisticamente mediados. Esta é, portanto, a diferença da qual nos ocuparemos.

Vou proceder em três passos.² Primeiro, voltarei minha atenção para algumas condições pré e extralinguísticas da história humana; em seguida, esboçarei o vínculo entre linguagem e história na execução do processo de geração dos eventos, isto é, no decurso do próprio acontecer; por fim, esboçarei a relação entre linguagem e história *ex post*, depois da experiência pontual do evento e do seu respectivo contexto.

Condições pré-linguísticas da história humana

Existem numerosas predeterminações naturais de caráter geológico, geográfico, biológico e zoológico que o ser humano compartilha com os animais, mas sem as quais nenhuma história seria possível. Toda antropologia histórica precisa se ocupar desse tipo de predeterminações que se projetam no reino da história como condições naturais. Se quisermos, podemos chamar de meta-históricas [*metahistorisch*] essas condições que os seres humanos compartilham com os animais e que, portanto, também são pré e extralinguísticas. Quero elucidar três dessas condições meta-históricas de histórias possíveis.

Em primeiro lugar, trata-se do lapso entre nascimento e morte.

Relacionam-se a ele a bipolaridade dos sexos e a generatividade, sem o que não existiria a sucessão das gerações. Para o ser humano, o lapso entre nascimento e morte é uma condição de finitude [*Endlichkeitsbestimmung*], que viabiliza e provoca histórias. A sucessão das gerações leva a diferentes espaços de experiências, dispostos em camadas que estão sobrepostas e separadas entre si. Neles estão contidos conflitos diacrônicos que não podem ser mediados sem regulamentações institucionais. A tensão, constitutiva de toda história, entre antes e depois [*früher und später*], até mesmo entre o “cedo demais” e o “tarde demais” [*das Zufrüh und das Zuspät*], se fundamenta justamente nessa predeterminação natural da generatividade, do nascimento e da morte. Ademais, como sabemos, o ser humano é capaz de antecipar a morte de forma violenta, a fim de – supostamente – controlar melhor a própria história. A inevitabilidade da morte, que pode ser adiada através de medidas preventivas, bem como a capacidade de matar, que diminui o tempo da vida alheia, fazem parte das predeterminações antropológicas e naturalmente condicionadas de muitas das histórias que conhecemos.

Em segundo lugar, o ser humano compartilha com os animais uma condição sempre vigente que o faz diferenciar entre dentro e fora [*innen und aussen*]. Nenhuma unidade de ação humana se constitui sem se delimitar para dentro e para fora. Esse par de oposições formais também contém condições de histórias possíveis – seja no recuo na batalha para o interior de uma caverna ou no cerco de uma casa, seja no traçado de uma fronteira que provoca ou encerra um conflito, seja nos ritos de iniciação, nos espaços destinados a refugiados, nas associações constituídas por juramento, nos sistemas de exames e condições de admissão, que geram as atuais unidades de ação, seja na afiliação a uma comunidade política, à qual uma pessoa normalmente pertence por nascença: a determinação dentro/fora sempre é constitutiva para os conflitos e sua regulação, ou seja, para as

histórias que todos conhecemos. Isso vale também quando a complexidade crescente dos espaços internos e externos, que hoje se sobrepõem e se interpenetram, dificulta enormemente a compreensão da nossa história mundial.

Em terceiro lugar, devemos mencionar uma diferenciação que o ser humano compartilha com seus parentes zoológicos, ou seja, a ordenação da dominância [*Hackordnung*]³ ou, na terminologia grega e da Europa antiga, a hierarquização entre senhor e escravo. Ou ainda, em termos mais formalizados: a oposição entre em cima e embaixo [*Oben und Unten*]. Mesmo que a arte política da auto-organização humana procure, por meio de regras de procedimento, tornar o “em cima” e o “embaixo” intercambiáveis e, assim, possibilitar a igualdade, ou tornar as dependências aceitáveis, garantindo a liberdade, nada disso altera a predeterminação formal das inevitáveis relações entre em cima e embaixo. Tampouco a transformação da dominação pessoal em uma administração supostamente anônima, ou seja, a diferenciação funcional da nossa sociedade, pode eliminar as relações, funcionalmente constituídas, entre em cima e embaixo.

Resumindo: antes/depois, dentro/fora, em cima/embaixo são três polaridades [*Oppositionsbestimmungen*] sem as quais nenhuma história se dá, independentemente de como se organize a “economia” dos seus pormenores – a partir de fatores econômicos, religiosos, políticos, sociais ou quaisquer outros. Esse esboço certamente é um tanto rudimentar, mas serve para fortalecer o meu primeiro argumento, segundo o qual a linguagem e a história nunca são totalmente congruentes. Os três pares de oposições formais mencionados determinam desde já as histórias concretas num nível pré-linguístico.

Evidentemente, todas as determinações formais mencionadas, que o ser humano compartilha com os animais – nascimento e morte, generatividade, delimitações para dentro e para fora, para cima e para

baixo –, são apreendidas linguisticamente e transformadas pela sociedade ou politicamente reguladas. Não existe comunidade de ação que não se autodetermine linguisticamente. Quase sempre é a participação em determinada comunidade linguística que define se alguém faz parte dela ou se dela é excluído. Quase sempre é a capacidade de dominar certos modos de expressão ou linguagens especiais que decide se alguém pode ascender ou submergir, se mover para cima ou para baixo na sociedade. Quase sempre existem diferentes normas linguísticas que, de forma especificamente geracional, ordenam diacronicamente as experiências e esperanças de idosos e jovens. O ser humano como ser linguístico não tem como não incorporar e transformar linguisticamente as predeterminações meta-históricas, para assim regulá-las e orientá-las na medida do possível. Mesmo assim, preservam-se as predeterminações elementares, dedutíveis da natureza, que toda linguagem tenta processar, em vão. Aquilo que, na moldura das predeterminações mencionadas, se entrelaça num evento não pode ser inteiramente dominado pela linguagem.

Quando a delimitação flexível entre fora e dentro se acirra na oposição passional entre amigo e inimigo, quando a morte inevitável é antecipada pelo assassinato ou pelo autossacrifício, quando a relação entre em cima e embaixo leva à escravidão e à humilhação insuperável ou à exploração e à luta de classes, até mesmo quando a tensão entre os sexos é posta a serviço do aviltamento, criam-se eventos: sequências de eventos, cataratas de eventos que se esquivam da linguagem e às quais toda palavra, toda frase, todo discurso podem apenas reagir. Sim, existem eventos que nos roubam as palavras, que nos calam e aos quais – talvez – só possamos responder com o silêncio. Basta lembrar como os alemães se viram privados de palavras [*Sprachlosigkeit*] quando, em 1945, foram confrontados com sua catástrofe, para a qual haviam arrastado um número infindável de pessoas e povos. Qualquer

tentativa de encontrar uma linguagem adequada para falar do extermínio em massa parece destinada ao fracasso até hoje. Na perspectiva das pessoas afetadas e do próprio evento, qualquer esforço de estabilizar a rememoração por meio da linguagem chega tarde demais. A relação entre o curso do acontecer histórico e sua elaboração linguística é sempre constituída por essa diferença. O mesmo vale para a linguagem que antecede os eventos e que, como discurso oral ou escrito, ajuda a provocá-los. Com isso, chego ao segundo aspecto do meu problema.

Linguagem falada, alternativas de ação e sequências de eventos

“Há tantas coisas que não podem ser explicadas com palavras, mas que podem ser explicadas perfeitamente com um ato. Outras coisas são possíveis em palavras, mas delas não resulta um ato esclarecedor.” Essa diferenciação sagaz provém de Heródoto (*Histories apodexis* 3,72). Ele a colocou na boca de Dario, por ocasião do famoso debate sobre a sucessão ao trono da Pérsia, cujo resultado ainda estava totalmente aberto. Existem, provavelmente, poucos testemunhos linguísticos na história mundial que tenham sido citados com tanta frequência como essa disputa em torno da melhor constituição: uma disputa que, na ocasião, foi decidida em favor da monarquia, em prejuízo da aristocracia e da democracia – graças a argumentos que talvez não fossem os melhores, mas eram os mais fortes.

A questão crítico-filológica sobre se o debate constitucional não seria um acréscimo sofístico de Heródoto, se os argumentos não teriam sido inventados e apenas atribuídos aos persas ou se a sucessão em aberto e contestada de fato provocara esses ou semelhantes argumentos (versão que é apoiada por vários indícios)⁴ – nada disso nos interessa aqui. Em todo caso, Heródoto conseguiu fazer uma coisa: representou o trabalho preliminar da linguagem, os conceitos de ação [*Handlungskonzepte*] que antecederam uma ação política – a

entronização de Dario. Ou seja, de forma metodicamente consciente, dirigiu o foco para a tensão que reina entre o discurso falado e os eventos subsequentes [*Ereignisfolgen*]. Os persas envolvidos no debate deram forma conceitual às suas experiências sobre as formas possíveis de organização política. Com isso, formularam alternativas de ação não apenas singulares, mas de natureza estrutural. Em outras palavras, falaram sobre histórias mais ou menos desejáveis, sobre histórias possíveis – não sobre a história real que, depois, viria a se realizar de modo singular e determinado.

Graças a Heródoto, teríamos então um primeiro resultado. A linguagem falada sempre é ou mais ou menos do que aquilo que se realiza na história em seu curso efetivo. É a linguagem, acima de tudo, que decide sobre a possibilidade de uma história *in actu*, possuindo, portanto, uma estrutura temporal diferente da própria sequência de eventos. Conceitos [*Begriffen*] transformam-se, então, em antecipações [*Vorgriffen*]. Isso manifesta-se também na história efetual [*Wirkungsgeschichte*]⁵ desse texto. Ao tematizar possibilidades de formas constitucionais entre os homens – formas que são singulares, do ponto de vista situacional, mas dotadas de alcance geral, do ponto de vista do argumentativo – o texto contém um potencial de prognose que transcende a ocasião singular. Ao discutir uma situação de decisão em aberto, ele recorre a argumentos extraídos da experiência, que reclamam para si uma validade mais geral (isso vale – *mutatis mutandis* – também para os debates antes do início de todas as guerras que Heródoto nos transmitiu): os prós e contras de uma democracia, uma aristocracia e uma monarquia são contrapostos uns aos outros. Os argumentos em si não se esgotam na situação à qual se referem. Com isso, tornam-se transferíveis e repetíveis. Isso também se verifica nos vários prognósticos revolucionários que, no século XVIII, previram, não em seus detalhes, mas em suas estruturas, os eventos após 1789.

Predições deste tipo são numerosas e se orientam em parte pela desejabilidade de uma transformação única e total de toda história pregressa, em parte pela experiência histórica armazenada linguisticamente a que se pode recorrer. Independentemente dos argumentos empíricos que influíram nos prognósticos – a análise da situação francesa, o paralelo previsto com a Revolução Inglesa (inclusive o processo do rei e o modelo ameaçador de Cromwell), os textos de Tácito, Salústio, Políbio e Tucídides –, um elemento emerge em todos os estratos temporais acionados: a tipologia constitucional de Heródoto. Em especial, o curso imanente dos eventos, tal como Dario, o vencedor do debate, havia previsto naquela altura. Dario defendeu a monarquia, alegando que qualquer democracia levaria a partidarizações sangrentas, após o que os seguidores das respectivas facções por fim concordariam em instituir uma aristocracia; e a concorrência entre os aristocratas levaria à imposição do mais forte. Portanto, o melhor caminho seria estabelecer logo a monarquia para que esses processos sangrentos fossem evitados. É justamente esse padrão de interpretação que sobressai nos autores do século XVIII. O prognóstico mais realista da revolução vindoura foi feito por Frederico, o Grande; o mais perspicaz e de maior alcance, por Diderot. Para ambos os autores, a revolução vindoura seria uma guerra civil, cujo decorrer, na verdade, provocaria a queda das monarquias existentes, mas no fim traria a ditadura de um homem forte, ao qual se sujeitariam voluntariamente os cidadãos em conflito, embriagados de liberdade. Wieland, um dos melhores conhecedores de textos antigos, predisse a ditadura de Bonaparte um ano e meio antes do golpe de Estado.⁶

O potencial argumentativo de Heródoto e os prognósticos que implicitamente se apoiam em seus princípios têm a característica comum de, pela linguagem, conceptualizar princípios de experiência que deveriam influenciar o curso da ação política antes da sua

ocorrência. Trata-se de diagnósticos com intenções prognósticas – e, portanto, também pragmáticas – que visam a exercer influência sobre um futuro cujas possibilidades históricas podem ser reconhecidas, embora seja ele desconhecido em seus detalhes. Heródoto foi o primeiro a evidenciar essas situações de conflito imanentes à constituição e as alternativas de ação que delas decorrem, assinalando padrões fundamentais da auto-organização humana e dos perigos aí contidos. Somente a linguagem transporta informações deste tipo – permitindo que elas sejam de novo usadas por intermédio de todas as reformulações, traduções e de todos os acréscimos.

Um dos feitos únicos de Tucídides foi ter elevado essa tensão entre discurso e ação à condição de eixo central de sua obra histórica.⁷ Todos os seus discursos e diálogos – fruto de invenção – são concebidos de tal forma que, em correspondência com a situação real dos agentes, sempre adentram um futuro ainda desconhecido. Tucídides, em medida ainda maior que Heródoto, tematizou a contradição que sempre volta a irromper entre a história que de fato ocorreu [*die tatsächliche Geschichte*] e aquilo que se disse sobre ela antes, durante e após o seu decurso. Além disso, mostrou-nos que essa contradição é constitutiva da experiência de toda e qualquer história. Ter-nos ensinado isso é o seu grande feito metódico. Realizou-o na medida em que abordou os eventos reais, relatados diacronicamente, nos discursos dos participantes e sob a perspectiva do seu processo de viabilização. Hoje diríamos: nos discursos e diálogos está contida a teoria da história que então transcorria. Entretanto, Tucídides não desenvolveu as premissas teóricas de forma abstrata e geral, mas como máximas concretas de ação referidas a unidades de ação em conflito. Ou seja, ele tematizou o trabalho linguístico que precede as histórias *in actu*. Ele nos ensinou como argumentos podem mudar e, ao mesmo tempo, pôr a perder uma situação. A tão falada durabilidade das teorias políticas que Tucídides tentou demonstrar se localiza, de um

ponto de vista metódico, na tensão refletida entre falar e agir, entre *logoi* e *erga*, mas também entre falar e opinar, entre razões extralinguísticas e pretextos expressos, ou seja, entre linguagem e realidade histórica, que assim, e apenas assim, constitui história.

Basta lembrar o diálogo de Melos em que – para o formular em termos modernos – estão contidos enunciados do tipo “se..., então...”, ou seja, prognósticos condicionais. Ao confundirem suas esperanças juridicamente justificadas com a realidade vindoura, os mélios provocaram sua própria morte, que não haviam previsto. Os atenienses apelaram descaradamente ao poder, ao qual os mélios, no início, ainda poderiam ter livremente se submetido, e o impuseram com toda brutalidade. Tucídides apresenta em três sentenças o que realmente aconteceu. Os mélios foram executados, suas mulheres e seus filhos, escravizados. Não há mais nenhuma linguagem que possa alcançar esse evento. Tampouco o diálogo poderia antecipar o que efetivamente aconteceu. No entanto, revelou as estruturas das ações possíveis que estavam embutidas no discurso. Essas são estruturas que podem ser linguisticamente reativadas. São aplicáveis por analogia e, portanto, repetíveis.

Emil Hácha, em Berlim, em 1939, e Alexander Dubček, em Moscou, em 1968, sabiam disso quando aceitaram a submissão. Admitiram os custos resultantes do conflito entre poder e direito, dos quais os mélios haviam tentado escapar – com o preço da própria morte, como se mostrou mais tarde. O que dizes se transforma em evento, ao fugir ao teu controle.

Agora, as condições de ação empíricas em Melos, Berlim e Moscou eram totalmente diferentes; os pressupostos políticos, sociais, econômicos e ideológicos eram distintos. Mas as alternativas linguisticamente pré-formuladas, sob cuja coerção se tinha de agir, eram análogas, a despeito dos 25 séculos que separavam um evento do outro. Evidentemente, da perspectiva da sequência de eventos, todos

os atos da fala [*Sprechakte*] são também únicos e irrevogáveis – como a decisão ateniense de atacar Melos, ou como as ordens, dadas respectivamente em Berlim e Moscou, para ocupar Praga. E como tantas vezes na história, desejaríamos retirar uma palavra uma vez dita, pois ela mudou a situação de maneira irrevogável. Mas Heródoto e Tucídides nos mostraram com seu descortino que a linguagem falada contém mais do que se pode reconhecer em cada uma das suas articulações pontuais. Mostraram-nos que, nas alternativas de ação singulares, se manifestam estruturas históricas de possibilidades que podem ser uma vez mais invocadas e que, portanto, não são singulares, mas repetíveis.

Por isso, estamos lidando aqui com diferentes planos de realidade. Num desses níveis transcorre a sucessão irrevogável dos eventos, enquanto a linguagem antecipa eventos possíveis que, sob outras condições, voltam a ser possíveis, sem que tenham, contudo, de ocorrer. Ela concentra em si, como acervo de experiências, as condições de eventos possíveis. Quantas não foram as histórias que jamais vieram a acontecer, porque foram impedidas ou evitadas. Essas histórias, como a guerra preventiva contra a França evitada por Bismarck, em 1875, por exemplo, só podem ser compreendidas como alternativas linguisticamente transmitidas, cujo potencial sangrento se realizaria mais tarde, em 1914, com consequências que ninguém quis nem antecipou. A diferenciação que expusemos até agora permite uma conclusão: a repetibilidade linguística e a irrepetibilidade das sequências de eventos são marcas de estruturas temporais diferenciáveis, ainda que, no dia a dia, elas se influenciem reciprocamente de modo inseparável. Expliquemos esse ponto de forma mais detalhada no que se segue.

Toda linguagem é um enorme trabalho de abstração [*Abstraktionleistung*]. Como diz John Stuart Mill em *Use and Abuse of Political Terms*: “A humanidade tem muitas ideias, mas poucas

palavras.” O número de palavras é limitado, enquanto estados de coisas, ideias, opiniões, possibilidades, realidades e objetos articulados linguisticamente são potencialmente ilimitados. A sintaxe e a semântica também permanecem limitadas, e por isso apresentam uma estabilidade mais duradoura. A repetibilidade dos princípios de experiência formulados em certo momento – como é o caso daqueles que encontramos em Heródoto e em Tucídides – está contida na maior durabilidade das afirmações feitas num certo momento. Tais afirmações podem sobreviver às ocasiões em que entram para a história dos eventos. Quando novas experiências entram no repertório linguístico [*Sprachhaushalt*] – como no debate constitucional, altamente diferenciado e de duração milenar,⁸ ou na luta constante entre poder e direito, que reemerge sempre e sob novas formas –, a semântica apresenta uma velocidade de mudança menor do que os próprios eventos. A fixação linguística de experiências já feitas impede uma mudança radical, como a que encontramos na história dos eventos.

Podemos reforçar essa tese se voltarmos nossa atenção para atos linguísticos concretos no interior de línguas específicas. Verificamos, então, que uma língua não só armazena experiências que subsistem ao caso individual. A linguagem falada em cada momento também limita essas experiências, pois na moldura da linguagem concreta só é possível expressá-las de determinadas maneiras, não de outras.

Vejam um exemplo comparativo:⁹ os debates sobre o direito de voto realizados na Grã-Bretanha, na França e na Alemanha desde a Revolução Francesa e que, em termos da história real, revelam, sem dúvida, uma característica comum do processo de democratização. Essa suposta tendência, porém, se realiza linguisticamente com ritmos temporais bem diferentes.

Na França, encontramos a oposição, de fácil manejo, entre *citoyen* e *bourgeois*, que estrutura o discurso político desde que foi introduzida

na *Encyclopédie* por Diderot. Aquele que invocava os privilégios da propriedade, como nos ordenamentos eleitorais de 1795, 1814-1815 e 1830, suscitava a suspeita semântica de representar apenas interesses burgueses em vez dos direitos gerais dos cidadãos, que, desde a revolução, deveriam ser concedidos a todos. Tal suspeita unia bonapartistas e republicanos radicais, cada qual, em seu momento, baseando sua Constituição no voto universal.

Na Alemanha, do ponto de vista semântico, o debate estava prefixado de modo inteiramente distinto. Ali se conhecia apenas o *Bürger* [cidadão]; este, porém, era definido em termos estamentais. Na fala coloquial, tratava-se do *Stadtbürger* [cidadão urbano]; seus contraconceitos eram *Bauer* [camponês] e *Adel* [os nobres]. No Iluminismo tardio, acrescentou-se o conceito artificial do *Staatsbürger* [cidadão do Estado] – análogo ao *citoyen* –, mas este mal conseguiu se introduzir na linguagem política cotidiana. Seguiram-se outras diferenciações do mesmo conceito: o *Kleinbürger* [pequeno-burguês], o *Grossbürger* [grande burguês] e também o *Spiessbürger* [filistino, o burguês conservador, avesso a transformações na sociedade], mas com isso o conceito de *Bürger* perdeu a clareza teórica e a força política que são inerentes ao *citoyen*. Antes de 1848, o debate alemão sobre o direito de voto ficou enredado em interesses ligados à propriedade e a privilégios estamentais, que, além disso, eram inteiramente diferentes de uma região para outra.

O Parlamento britânico soube unir de forma pragmática justamente esses três fatores. Sem recurso aos direitos gerais do cidadão no sentido francês, o debate se realizou segundo duas direções. Na linguagem jurídica tradicional, proveniente da Idade Média, o número dos *freemen*, *burgesses* ou *burghers* privilegiados foi aumentado de modo distinto nas regiões e nos distritos eleitorais. Preservou-se a tradição de determinações jurídicas bem concretas e singulares. Porém, a fundamentação do debate era moderna e

inovadora. Tratava-se de integrar os interesses ainda não representados das novas *middle classes* ao repertório argumentativo do Parlamento. E foi o que se fez.

O que nos mostra a comparação entre esses exemplos? Aquilo que, extralinguisticamente, indica o mesmo movimento – a assim chamada tendência à democratização, a participação crescente de estratos cada vez maiores na legislação e no exercício do poder político – foi enfrentado pelas respectivas línguas de modo totalmente diferente. Ou talvez fosse melhor dizermos: linguisticamente, a tendência à democratização foi induzida de modo totalmente diferente.

Na França, temos um debate sobre princípios que extraiu do Iluminismo seus conceitos-guia [*Leitbegriffe*], de natureza dualística e polêmica – os privilégios estamentais *versus* a igualdade dos cidadãos do Estado. Os conceitos do Iluminismo impuseram-se na Revolução de modo generalizado e duradouro. A Alemanha serviu-se dos mesmos argumentos, mas estes não puderam ser remetidos de forma inequívoca ao conceito ambíguo de *Bürger*. O conceito de *Bürger* permaneceu plurivalente, porque, *de facto*, ainda abrigava conteúdos de experiência estamental provenientes de um passado remoto. Na Inglaterra, por sua vez, essas determinações jurídicas tradicionais foram preservadas, mas enriquecidas de modo inovador para integrar os novos conteúdos de experiência, mais precisamente, os interesses das *middle classes*, à arena política – mas também não passou disso.

O que isso significa para a nossa pergunta sobre a relação entre linguagem e história? Os conceitos concretos, em torno dos quais o debate político se organiza, dependem dos conteúdos de experiência histórica que, em algum momento, foram incorporados a esses conceitos. Em outras palavras, a durabilidade maior, que é, em termos bem gerais, inerente à linguagem – nosso primeiro argumento –, revela, em cada situação de fala particular, estruturas de profundidade temporal diferentemente escalonadas.

Na França, a plataforma da linguagem revolucionária, vitoriosa desde 1789, impediu, de forma rápida e fundamental, que os privilégios estamentais mantivessem algum potencial de legitimação. Isso não se deu na Alemanha, e foi justamente essa predeterminação semântica que tornou incerto o debate sobre o direito de voto. O conceito de *Bürger* oscilava entre os antigos conteúdos estamentais e os postulados referentes à cidadania estatal. Era difícil encontrar um denominador comum entre ambos. Na Inglaterra, o problema foi resolvido de forma pragmática. Não se falou de direitos do cidadão do Estado. Antes, a força jurídica secular dos conceitos referidos aos distritos eleitorais e aos cidadãos urbanos foi preservada e, simultaneamente, estes conceitos foram ultrapassados por uma terminologia sociológica, capaz de forjar novos conceitos para as novas experiências da sociedade industrial, mais precisamente para os *interests* das *middle classes*.

Cada língua sincronicamente falada, cujo arsenal era usado na argumentação, continha predeterminações diacronicamente escalonadas em diferentes graus de profundidade, que tanto alargavam quanto limitavam o repertório argumentativo. Os conceitos empregados possuíam uma força propulsora diacrônica de diferentes origens temporais, da qual os falantes não dispunham arbitrariamente, muito menos soberanamente.

Os conceitos, portanto, apresentam uma estrutura temporal interna que é diferente dos eventos que ou ajudam a provocar ou devem apreender. Esse diagnóstico vale até mesmo para os modernos conceitos de movimento que, desde o século XVIII, colocaram todo nosso repertório linguístico em sintonia com uma transformação necessária, com a mudança, com a alteração planejável. Os mais relevantes conceitos-guia são desenvolvimento, progresso, a história em si mesma [*Geschichte selber*], reforma, crise, evolução e, por certo, revolução. São precisamente esses conceitos que geram, de maneira

puramente semântica, um efeito estabilizador peculiar. Eles produzem comunalidades linguísticas [*sprachliche Gemeinsamkeiten*] de uma ponta a outra do espectro político, em relação aos quais mesmo os detalhes são objeto de disputa. A partir da Revolução Francesa, e ainda mais no horizonte da Revolução Industrial, tornou-se cada vez mais difícil defender o *status quo*. Nem mesmo os reacionários afirmavam ser reacionários. Todos os campos políticos aceitaram um mínimo de pressão por mudança. Semanticamente, os conceitos de movimento não permitiam escolha. A única coisa que distinguia as posições era a pergunta sobre se e como a pressão por mudanças poderia ser objeto de resistência, aceitação ou antecipação.

Ruge, hegeliano de esquerda radical, e Baader, conservador católico, por exemplo,¹⁰ em sua argumentação estavam submetidos à alternativa compulsória de “reforma ou revolução”. Ambos tentaram evitar uma revolução sangrenta por meio de reformas. Debateram apenas a extensão das reformas que deveriam prevenir uma revolução. A disputa foi travada acerca da direção e da velocidade da mudança – a própria coação à mudança já estava predeterminada na rede conceitual dos conceitos de movimento.

Mesmo que os modernos conceitos de movimento remetam ou obriguem à mudança constante, os conceitos em si são, em sua especificidade epocal, de uma constância surpreendente, o que os torna passíveis de serem aplicados repetidas vezes, mesmo quando, *in praxi*, ajudam a fundamentar programas de ação totalmente diferentes. (Aqui, aliás, residem os limiares semânticos que Marx e Engels não foram capazes de ultrapassar. Sua meta duradoura e constante de uma última e definitiva revolução os impediu de perceber de forma pragmaticamente adequada as mudanças reais da sociedade capitalista em sua incessante reforma.)

Nossa tese, portanto, de que a linguagem se transforma num ritmo mais lento do que as cadeias de eventos que ela ajuda a provocar e

justificar se aplica também à modernidade acelerada e não apenas ao grande intervalo entre Heródoto e Diderot, ao qual nos referimos no início.

É claro que, na história da linguagem, há sempre exemplos contrários de inovação linguística espontânea que apresentam um caráter de evento, casos estes em que a pragmática possui força para fugir à semântica previamente dada no longo prazo. Já mencionamos a aplicação da doutrina dos interesses às novas *middle classes*, como também a criação por Diderot de contraconceitos que orientam a ação e que, desde o início, colocam o *bourgeois* sob suspeita ideológica. Ambas as inovações tiveram grandes consequências, mas também tiveram efeito estabilizador. Acrescentemos um exemplo típico do âmbito alemão. “*Bund*” [aliança, pacto, liga, federação] é um conceito fundamental [*Grundbegriff*] da língua alemã.¹¹ Foi cunhado na Baixa Idade Média e desde então indica uma característica estrutural da história constitucional alemã, que até hoje a diferencia essencialmente da história de seus países vizinhos. Lutero usou esse termo político para traduzir a palavra “*berith*” do Antigo Testamento. Isso teve consequências teológicas, mas, justamente por isso, também políticas.

Segundo a doutrina, somente Deus pode firmar um *Bund*, que escapa ao poder discricionário do ser humano. Assim, o termo “*Bund*” divergia dos usos linguísticos do protestantismo político, que se organizava em termos do direito do *Reich*. A aliança que hoje chamamos de *Schmalkaldischer Bund* [Liga de Esmalcalda] nunca foi assim designada na época. Reivindicações políticas de autonomia, deduzidas da Reforma religiosa, permaneceram limitadas às cidades e aos senhores privilegiados pelo direito do *Reich*, que se aliavam em “*Liegen*” [ligas] e “*Unionen*” [uniões]. A autonomia política era negada aos fiéis como participantes do *Bund* divino. O conceito teológico de *Bund* permaneceu restrito à religião, muito diferentemente do conceito inglês de *covenant*, em que o sentido

religioso e o político se intensificavam mutuamente para legitimar a Revolução de 1640 e dos anos seguintes.

O empuxo diacrônico do conceito teológico luterano e antipolítico de *Bund* perdurou por muito tempo. Podemos designar seu ponto final: em 1847, Marx e Engels foram convidados a redigir uma “profissão de fé da Liga dos Comunistas [*Bund der Kommunisten*]”. É impossível ignorar as implicações teológicas especificamente alemãs. Por isso, Marx e Engels optaram por uma reformulação radical. No lugar de profissão de fé da Liga dos Comunistas, escreveram o *Manifesto do Partido Comunista*. Tratava-se de um ato consciente de política linguística, que era inovador e teve um efeito duradouro. Os autores esquivaram-se do empuxo diacrônico da semântica teológica de *Bund* (mesmo que também sua “*manifestatio*” tenha permanecido em grande parte uma profissão de fé), para então se servirem de um conceito de *Partei* [partido] que, na época, estava justamente começando a ser legível em termos revolucionários e capaz de suscitar adesão. Tentaram reforçar essa tendência e, no longo prazo, não deixaram de ter êxito.

Assim, até mesmo inovações semânticas singulares confirmam nossa tese de que a mudança linguística ocorre num ritmo mais lento do que as sequências de eventos concretos que ela ajuda a provocar. O conceito antirrevolucionário e teológico de *Bund*, de Lutero, e sua recusa por Marx em favor de um conceito revolucionário de *Partei* abriram o caminho para novas experiências, ao mesmo tempo que as delimitaram e, uma vez mais, as estabilizaram no longo prazo.

A história após os eventos – e a linguagem da historiografia

Até agora, analisamos a relação entre linguagem e história da perspectiva de eventos iminentes, ou seja, em vista da história *in actu*. Agora voltemos nosso olhar para trás. O que a linguagem realiza retroativamente, para fazer emergir, para constituir *ex eventu*, a partir de uma sequência de eventos, uma história?

Empregamos, então, a expressão “história” [*Geschichte*] no sentido do uso linguístico grego e latino, não como *res gestae*, mas como história experienciada, investigada, narrada ou representada [*dargestellte*], como *historia* que se ocupa das *res gestae*. Agora estamos tratando da linguagem do historiador em um sentido mais restrito.

Toda representação [*Darstellung*] histórica é uma seleção executada dentro do campo potencialmente irrestrito das histórias passadas, sofridas ou feitas. E essa seleção não é determinada de forma puramente linguística. Toda seleção já é estruturada pré-linguisticamente: a margem de manobra da representação possível também está delimitada aqui pelas predeterminações antropológicas que mencionamos no início.

Em primeiro lugar, é decisivo o fato de o historiador ser contemporâneo das ocorrências que relata ou de ter vivido depois, de pertencer à posteridade. Até o século XVIII, considerava-se o testemunho ocular ou, melhor ainda, a participação direta [*Mittäterschaft*] como uma vantagem cognitiva, capaz de assegurar a verdade da história. Somente com a experiência do progresso e, de um ponto de vista metódico, com o desenvolvimento da crítica histórico-filológica, a crescente distância temporal em face dos eventos passados passa a ser vista como garantia para um conhecimento melhor. Mas quem desejaria, por isso, dispensar as memórias de Comynes, de Frederico, o Grande, ou de Churchill, que escreveram como agentes e testemunhas oculares? O fato de alguém ter nascido mais cedo ou mais tarde é decisivo em relação à perspectiva, mas não em relação à qualidade da obra.

A perspectiva é determinada, em segundo lugar, por estar o historiador situado, social ou politicamente, numa posição superior ou inferior, pelo seu pertencimento ao grupo dos vencedores ou dos vencidos. Tucídides, Políbio, Salústio, Tácito, Agostinho, Comynes, Maquiavel, Guicciardini e até mesmo Marx faziam parte do grupo dos

vencidos quando analisaram e representaram os eventos de seu tempo. Justamente em virtude da sua condição de vencidos – pois sua história decorrera diferentemente do esperado – foram obrigados a desenvolver novas perguntas e novos métodos. Quando escreveram, a pressão por explicar era maior e a necessidade de provar era mais aguda do que aquelas impostas aos vencedores. Porque o próprio sucesso fala em favor dos vencedores. Em terceiro lugar, tem um papel predeterminante na seleção do historiador o seu pertencimento à unidade de ação política, religiosa, social ou econômica, sobre a qual produz um relato e com a qual se identifica de forma crítica ou afirmativa – ou o fato de observá-la a partir de uma posição externa, escrevendo *apolis*, como exigia Luciano. Como quer que seja, suas opções são canalizadas num nível pré-linguístico. As predeterminações meta-históricas que mencionamos – antes/depois, dentro/fora e em cima/embaixo – definem, cada uma a seu modo, as chances de conhecimento e assim circunscrevem o *status* de uma história [*Historie*].

Nossa observação de que nenhuma história jamais é totalmente coincidente com aquilo que se diz sobre ela antes do ou no seu decurso vale ainda mais quando olhamos retrospectivamente para a história passada: para aquilo que é dito depois. Cada história sempre contém algo a mais e algo de diferente em relação àquilo que os historiadores podem dizer sobre ela a partir de suas perspectivas específicas. Como uma história ocorrida num dado momento é constituída linguisticamente? Além da narrativa oral, existem, numa formulação simplificada, três possibilidades: o escrever [*Aufschreiben*], o transcrever [*Abschreiben*] e o reescrever [*Umschreiben*] a história.¹²

Em primeiro lugar, toda história que não vivenciamos pessoalmente ou da qual ouvimos falar foi, em algum momento, registrada por escrito [*aufgeschrieben*] pela primeira vez. Pretendia-se guardar na

memória o que, de outra forma, ficaria perdido para a posteridade. Se eram narrativas antigas ou novas, se epopeias, mitos, lendas ou anedotas as precediam, se testemunhas, na medida do possível, foram inquiridas e em que quantidade, se fontes escritas foram levantadas, interrogadas e comparadas umas com as outras para explorar as histórias passadas – todas estas são questões referentes ao método. Para a constituição da história, a única coisa decisiva é o ato do primeiro registro por escrito [*Aufschreiben*].

A realidade passada é transposta para o *status* de uma história escrita. Com o ato de sua escrituração, fixa-se a diferença entre a história ocorrida num dado momento e sua forma linguística adquirida depois. Tal fato tem consequências epistemológicas significativas. Pois, de um ponto de vista epistemológico, a forma linguística fixada de uma história adquire primazia em face daquilo que outrora possa ter sido o caso.

Uma história transcorrida em dado momento é tão singular quanto já passada. Quando a consideramos digna de ser lembrada, isso normalmente acontece porque contém em si uma surpresa que os seres humanos tentam explicar. Somente a forma linguística transmite todas as razões que tornam explicável, inteligível e compreensível o curso singular, em geral surpreendente, de uma história. No entanto, estas razões [*Gründe*] revelam uma duração mais longa do que a que os próprios eventos individuais e singulares podem ter. Não fosse assim, as primeiras não seriam fundamentações [*Begründungen*]. Tais fundamentações, porém – à diferença dos próprios eventos e de suas consequências – permanecem retrospectivamente ligadas apenas à sua transmissão linguística.

Cada um de nós conhece fundamentações últimas, implícitas ou explícitas, que conferem consistência ou até mesmo sentido a uma história. Se deuses ou espíritos interferem para explicar uma mudança de forma duradoura; se a Fortuna ou o destino são invocados; se da

vontade providencial do Deus cristão tudo pode ser deduzido; se a explicação das histórias particulares é extraída das condições ou, mesmo, dos processos políticos, sociais, psicológicos ou econômicos – são as razões linguisticamente fixadas que sempre conferem um sentido relativamente duradouro ou um significado específico às sequências particulares de eventos. Podemos compreender agora com mais facilidade a segunda forma da historiografia, a transcrição [*das Abschreiben*].

Em segundo lugar, enquanto as histórias forem, ao longo do tempo, reproduzidas [*abgeschrieben*] e, desse modo, transmitidas, podemos presumir que as experiências, que se mantêm linguisticamente armazenadas nas fundamentações, se assemelham ou se equivalem. Em outras palavras, a tarefa do historiador é comparativamente fácil enquanto não surge nenhuma contradição entre as fundamentações contidas nas histórias transmitidas e as fundamentações exigidas pela experiência de novas histórias. As histórias antigas são reproduzidas [*abgeschrieben*], e as novas, acrescentadas. As fundamentações – religiosas e teológicas, políticas e psicológicas, sociais e econômicas – são, assim, estabilizadas e nos protegem de surpresas fundamentais, mesmo quando o caso individual possa ser surpreendente. Todas as histórias permanecem compreensíveis enquanto os pressupostos que as fundamentam não forem questionados. A partir dessa perspectiva, compreendemos também por que, durante mais de um milênio, a história [*Historie*] foi considerada parte da retórica – e da estabilidade linguística desta –, ou por que a interpretação cristã da história permaneceu estável. A história bíblica era o eixo de todas as histórias.

Em terceiro lugar, o ato de reescrever [*das Umschreiben*], por sua vez, é excitante e carece, ele mesmo, de uma explicação. O ato de reescrever é relativamente evidente e racionalmente convincente no contexto da crítica histórico-filológica das fontes, que se torna cada vez mais refinada desde o Renascimento. Os textos são dissecados

para identificar as partes copiadas e as originais, falsificações são desmascaradas, descobrem-se por trás dos textos os motivos e interesses dos autores. Ou emergem novas fontes que nos ensinam a ler as fontes antigas de forma nova ou diferente. Erros de antigas leituras são corrigidos. Em resumo, trata-se aqui de um caso autêntico de progresso científico: ele ocorre dentro dos marcos do método histórico-filológico, o qual nos obriga a reescrever as histórias. Mas esse progresso imanente à pesquisa não é forçoso e não explica por que devem ser reescritas histórias que anteriormente gozavam de credibilidade, sendo, por isso, reproduzidas [*abgeschrieben*].

As histórias só são reescritas quando o contexto da fundamentação, no qual até então se acreditava, perde credibilidade e se fragiliza. As predeterminações linguísticas, graças às quais uma história se impregnava de sentido, deixam de ser aceitas; perdem plausibilidade explicações que, até então, podiam ser integradas ao acervo das experiências. Surgem novas perguntas que não podem mais ser respondidas com a ajuda das histórias transmitidas. As histórias antigas precisam ser escritas de novo, reformuladas [*umgeschrieben*]. Assim, as histórias transmitidas são inseridas retroativamente em novos contextos de fundamentação para que permaneçam compatíveis com a novidade e a mudança da própria experiência. Em outras palavras, as novas fundamentações passam a requerer, elas mesmas, fundamentação. Esse é o lugar genuíno da crítica das fontes. A própria crítica das fontes só se torna possível com o surgimento de novas perguntas; em si mesma, a crítica das fontes é apenas um meio para responder a novas perguntas que a história transmitida não pôde responder.

Toda iniciativa de reescrever a história, portanto, está sujeita à pressão de uma mudança de experiência, que obriga o historiador a substituir as explicações anteriores por novas ou a completá-las com outras. Dessa forma, o *status* linguístico de uma história passada se

transforma, sem que por isso deixe de ser a “mesma” história.

No entanto, seria um equívoco acreditar que essa adequação da história antiga a cada nova experiência teria começado somente com o Renascimento e a Reforma e com a crítica histórico-filológica surgida nesse contexto. O ato de reescrever [*Umschreiben*] a história começa com o próprio ato de escrever [*Aufschreiben*] a história.

O grande mérito de Heródoto não consistiu apenas no fato de ele ter sido o primeiro a registrar por escrito [*aufgeschrieben*] a tradição oral, mas também de ter questionado criticamente os relatos míticos, épicos ou transmitidos oralmente. Do mesmo modo, Tucídides não só reproduziu [*abschrieb*] Heródoto (o que ele, por certo, fez), mas, sobretudo, o reelaborou [*umschrieb*]. Todas as vezes que tratou de um período sobre o qual Heródoto havia falado bastante, Tucídides adotou uma linha argumentativa diferente. Todas as informações histórico-culturais, arqueológicas, religiosas, histórico-militares, semânticas e de outros tipos que Tucídides aproveita já não são relatadas uma ao lado da outra e por si mesmas. Ele as combina em argumentos de modo a demonstrar que a Guerra do Peloponeso foi maior do que a guerra entre persas e gregos narrada por Heródoto. E há mais: Tucídides desenvolveu um modelo de processo diacrônico que tornou possível compreender o singular aumento de poder dos atenienses como motivo histórico [*historisch*] de guerra. Por trás dessa descrição processual diacrônica, aparece a fundamentação última de todas as histórias que remetem à patologia do poder humano e de sua cegueira. Assim desaparece, pelo menos na constituição linguística da história, o pano de fundo religioso, do qual Heródoto ainda pôde deduzir uma justiça inerente às histórias. É inútil buscar no curso da história em Tucídides uma justiça religiosamente motivada.¹³

De Heródoto para Tucídides, ou seja, de uma geração para outra, já não se tratava apenas de transcrever antigas histórias e adicionar novas – mas de reescrever a história. Ao registrar por escrito

[*aufschrieb*] a Guerra do Peloponeso, Tucídides a percebeu, de acordo com sua própria experiência, como uma luta patológica pelo poder que consumia os antagonistas. Na mesma medida em que reduzia sua história a essa história política, Tucídides também refundia todas as informações históricas obtidas junto a Heródoto (como aquelas, por exemplo, sobre o tiranicídio) e as adaptava a um novo contexto de fundamentação.

Esse primeiro caso clássico de reescrita [*Umschreiben*] pode ser considerado paradigmático para todos os que viriam depois. Recordemos o modo como Políbio entrelaçou geograficamente histórias individuais, com que, retrospectivamente, ele conseguiu descobrir conexões que, até então, não haviam sido percebidas – um processo que viria a se repetir em escala global a partir do século XVIII. Ou recordemos a psicologia do terror, desenvolvida por Tácito e que, desde então, nos permite descobrir novos conhecimentos em realidades antigas. Ou recordemos Eusébio, Agostinho e Orósio, que condenaram ao esquecimento todo o acervo de experiências da Antiguidade, uma vez que ele era incompatível com a interpretação cristã do mundo. Recordemos a redescoberta do político [*des Politischen*] na Idade Média Tardia, especialmente por Maquiavel, segundo o qual toda a história cristã da Idade Média, sendo fruto de invenção, poderia ser reescrita. Recordemos a história das relações sociais e das constituições econômicas, graças à qual, em analogia com sua nova experiência, os escoceses reescreveram todo o passado. Ou recordemos Marx, que não refutou a historiografia política de Ranke; antes de tudo, ele complementou Ranke, ao amarrar a história política a novos contextos de fundamentação, diferentes e igualmente duradouros, ou seja, a redes de condições econômicas. É possível prever com segurança que, em breve, poderemos ler uma historiografia ecológica que, em analogia com nossa própria experiência, situará todo o nosso passado na perspectiva do

escasseamento dos recursos naturais e da dependência da ação humana em face do meio ambiente.

O que esses casos nos ensinam sobre a relação que em cada um deles se estabelece entre uma realidade irrevogavelmente passada e sua elaboração linguística? Para nós, a história *ex post* só existe quando é escrita, transcrita e reescrita.

Independentemente dos pressupostos linguísticos que entram ou entraram na história, a realidade das histórias passadas está presente apenas em suas formatações linguísticas. Muitos eventos e cadeias de eventos, quando cercados de precauções metódicas, podem ser transmitidos com credibilidade. Por isso, também podemos continuar a reproduzir [*abschreiben*] aquilo que já sabemos graças à transmissão linguística.

Mas quais são as fundamentações por nós aceitas, que, com base no seu enunciado linguístico, visam à aplicação repetida? Esta é uma questão que cada historiador precisa decidir aqui e agora. Isso porque as justificativas que nos dizem por que algo aconteceu desta e não daquela forma precisam ser racionalmente compreensíveis, corresponder às nossas experiências ou estar adequadas à exploração de novas experiências. Muitas experiências feitas pelos antigos são repetíveis, provavelmente em número muito maior do que estamos dispostos a aceitar na modernidade. Quando somos obrigados a fazer novas experiências, torna-se inevitável ver as histórias antigas com novos olhos e reescrevê-las, sem que com isso elas deixem de ser as “mesmas” histórias.

A diferença entre a realidade passada e sua elaboração linguística jamais será suprimida. Como era o dito de Epiteto? “O que abala o ser humano não é o que se fez, mas o que se fala a respeito disso” (*Encheiridion*, cap. V).

¹ Cf. John E. Toews, “Intellectual History after the Linguistic Turn”, *The American Historical Review* 4, 1987.

² Para limitar a necessidade de anotações, remeto aqui a três ensaios meus: (i) *Hermeneutik und Historik*, Heidelberg, 1987 (em cooperação com Hans-Georg Gadamer); (ii) “Sozialgeschichte und Begriffsgeschichte”, em Wolfgang Schieder e Volker Sellin (orgs.), *Sozialgeschichte in Deutschland*, v. 1, Göttingen, 1986; (iii) “Erfahrungswandel und Methodenwechsel”, em Christian Meier e Jörn Rüsen (orgs.), *Historische Methode*, Munique, 1988; (i) e (iii) agora em Reinhart Koselleck, *Zeitschichten*, Frankfurt am Main, 2000, p. 97-127 e 27-77; (ii) neste volume, p. 12-32.

³ O termo *Hackordnung* não tem equivalente em português. Refere-se à ordem hierárquica que se estabelece entre grupos de animais (pássaros, em particular), a partir da disputa e do combate por uma posição dominante. [N.R.]

⁴ Cf. Hans-Friedrich Bornitz, *Herodot-Studien*, Berlim, 1968.

⁵ A noção de *Wirkungsgeschichte* remete a um conceito central na filosofia hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. Em termos muito simplificados, a noção em Gadamer refere-se, por um lado, à “história dos efeitos” de um evento, em termos de recepção e influência. Por outro lado, ela aponta para o próprio “efetuar da história” como um fator de produção de novos efeitos. A tradução do termo para a língua portuguesa tem sido feita de diferentes maneiras. Optamos por “história efetual”, expressão que, apesar da potencial estranheza e deselegância, contempla, em alguma medida, a ambiguidade do termo alemão. [N.R.]

⁶ *Neuer Teutscher Merkur*, março de 1798. Ver Reinhart Koselleck, “Die unbekannte Zukunft und die Kunst der Prognose”, *Attempo*, nº 70/71, Universität Tübingen, 1984-1985 (agora em Koselleck, *Zeitschichten*, Frankfurt am Main, 2000, p. 203-224).

⁷ Cf. John H. Finley, *Thucydides*, Cambridge (Mass.), 1942.

⁸ Cf. Heinrich Ryffel, *Metabole politeion. Der Wandel der Staatsverfassungen*, Berna, 1949.

⁹ Refiro-me aqui a um programa de pesquisa realizado em Bielefeld que comparou as fórmulas de saudação, a lexicografia da burguesia e os argumentos no debate sobre o direito de voto na Alemanha, na Inglaterra e na França. Ver neste volume as páginas 409-462.

¹⁰ Cf. “Revolution, Rebellion, Aufruhr, Bürgerkrieg”, em *Geschichtliche Grundbegriffe*, v. 5, Stuttgart, 1984.

¹¹ Cf. *Geschichtliche Grundbegriffe*, v. 1, Stuttgart, 1972.

¹² Procuramos traduzir as três palavras empregadas por Koselleck (*Aufschreiben*, *Abschreiben* e *Umschreiben*) recorrendo a verbos que, à semelhança dos termos originais em alemão, contivessem a mesma raiz. Os verbos usados na versão para o português oferecem uma correspondência apenas aproximada com o sentido das palavras originais (*Aufschreiben*, por exemplo, remete à ideia de “registrar por escrito”, sentido que “escrever” veicula imprecisamente). Na sequência do texto, o sentido de “escrever”, “transcrever” e “reescrever” se esclarecerá, e essas escolhas de tradução, em nome da clareza do argumento, não serão sempre mantidas. [N.R.]

¹³ Cf. Reinhart Koselleck, "Geschichte, Recht und Gerechtigkeit", em Dieter Simon (org.), *Akten des 26. Deutschen Rechtshistorikertages 1986*, Frankfurt am Main, 1987, p. 130-149. Agora em *Zeitschichten*, p. 336-358.

III.

A história dos conceitos e conceitos da história

Quem pretende falar sobre a história dos conceitos (*conceptual history* ou *history of concepts*) em Israel precisa começar com uma homenagem a Richard Koebner. Seu ensaio “Semantics and Historiography”, de 1953, merece ser lido hoje tanto quanto no primeiro dia de sua publicação. Malgrado todas as sutilezas linguísticas, demonstra-se aqui, a partir do grande tesouro de experiências do historiador, o que as palavras podem desencadear, como podem dirigir modos de conduta e provocar ações. Ao mesmo tempo, porém, evidencia-se também como elas continuam a depender dos interesses dos agentes e partidos políticos. Palavras e ações influenciam-se e se impulsionam reciprocamente. Em sua grande obra póstuma, *Imperialism. The Story and Significance of a Political Word*, editada por Helmut Dan Schmidt, Koebner mostrou com mestria como essa abordagem pode ser proveitosa.¹ Com um viés pragmático anglo-saxão, ele demonstra como, no decorrer de um século, os significados do conceito de imperialismo mudaram profundamente cerca de uma dúzia de vezes, sem que a posterioridade pudesse notá-lo – a não ser a partir de uma retradução histórico-conceitual para os contextos passados. Isso evidencia até que ponto o uso linguístico dependia de facções cambiantes, situações de conflito, interesses de classes e preconceitos, de compromissos nacionais ou coloniais, de todo gênero de imagens de amigo e inimigo. O historiador que consegue expor algo do gênero não apenas instrui seus leitores, mas contribui para a sobriedade. Essa é a mensagem da obra semântica de Koebner. Ele praticava a história dos conceitos numa perspectiva prioritariamente pragmática. A semântica permanece integrada ao seu emprego argumentativo – hoje preferimos dizer discursivo. O assim chamado contexto desempenha um amplo papel, pois sem ele nenhum significado de uma palavra individual pode ser transmitido. Nesse sentido, Koebner também pode ser considerado um dos precursores de

Pocock e Skinner.

Mas a história dos conceitos de Koebner tem ainda outro lado, que nos leva a seu país de origem, a Alemanha. O termo “*Begriffsgeschichte*” [história dos conceitos] provém, como se sabe, de Hegel ou, pelo menos, de seu círculo. Hegel, de forma muito concreta, passo a passo, reconstruiu os movimentos e as mudanças do espírito ocidental – o “trabalho do espírito”, como o chamou certa vez. Em outras palavras, a história dos conceitos não reflete de modo simples os interesses materiais ou políticos – ainda que também o faça. A história dos conceitos mostra, antes, que nela estão contidas as performances linguísticas próprias que têm de ser entabuladas por todos os que buscam conhecer e influenciar o mundo a que pertencem. Os conceitos, portanto, têm também uma história própria, imanente à língua. Essa tradição hegeliana ou – caso se prefira – idealista, sem dúvida alguma, influiu no método histórico-filológico que Koebner aprendeu em Berlim, Breslau e Genebra.

Koebner era medievalista e, como tal, havia desenvolvido uma sensibilidade especial para investigar o significado e o uso das palavras no passado. Com efeito, quanto mais escassas são as fontes, mais os poucos testemunhos escritos preservados precisam ser espremidos como um limão, para obter os depoimentos deles sobre um mundo desaparecido. Assim, em 1922, Koebner editou um livro importante que tratava dos “inícios da comunidade da cidade de Colônia”.² Nesse trabalho, investigou os significados primariamente jurídicos de conceitos tão centrais nas fontes como “*urbs*”, “*civitas*”, “*burgenses*” ou “*cives*” no século XII e como estes poderiam ter se transformado no litígio dos cidadãos com o arcebispo e os senhores da cidade [*Stadtherren*]. Koebner abordou, portanto – em sintonia com a perspectiva dominante nos estudos medievais da época –, a história social e constitucional no âmbito da história do direito, particularmente bem documentada no que se refere às fontes. Em

retrospectiva, porém, o leitor de hoje estranha o fato de que Koebner empregue “*Volksgemeinschaft*”³ como principal conceito-guia da constituição republicana da cidade, uma noção que, evidentemente, não é um conceito das fontes, mas sim um conceito moderno dos séculos XIX e XX que ele projetou para a Alta Idade Média.⁴ Koebner pensava principalmente no componente jurídico que deveria distinguir uma comunidade cívica republicana com cidadãos de direitos iguais. Podemos ter certeza de que Koebner, doze anos depois, quando foi obrigado a emigrar para a Palestina, não teria mais usado o conceito de “*Volksgemeinschaft*” dessa forma. Foi justamente este conceito que, carregado de critérios supostamente raciais, serviu como palavra de ordem para excluir os judeus da *Volksgemeinschaft*. De certa forma, Koebner foi vítima precoce desse deslocamento semântico que consentiu e provocou a morte de centenas de milhares de cidadãos alemães, de milhões de pessoas inocentes. Koebner deve ter pressentido isso quando, já em 1934, deixou Breslau e emigrou para Jerusalém.

Ninguém contestará que existe uma relação entre conceitos (linguísticos) e história (extralinguística). Tentarei esclarecer essa relação em dois passos: primeiro, tratarei da história dos conceitos; depois, dos conceitos da história. Compreensivelmente, ambos estão intimamente interligados. A seguir, tentarei formular algumas propostas para esclarecer esta correlação.

I. História dos conceitos

Toda vida humana é constituída de experiências – sejam elas novas e surpreendentes ou de natureza repetitiva. Precisamos de conceitos para fazer ou reunir experiências e integrá-las à vida. Precisamos deles para fixar as experiências fugidias, para saber o que aconteceu e para conservar o passado em nossa linguagem. Precisamos, então, dos conceitos para integrar experiências passadas tanto à nossa faculdade de linguagem quanto ao nosso

comportamento. Só depois de realizar essa integração torna-se possível compreender o que aconteceu e talvez estejamos em condições de responder aos desafios do passado. Então, é possível que também sejamos capazes de nos preparar para eventos vindouros ou potenciais surpresas – mesmo que para evitá-los. Posteriormente, também poderemos relatar o que ocorreu – ou narrar a história das nossas próprias experiências. Para dizer com Kant: não há experiências sem conceitos e não há conceitos sem experiências. Esta frase também pode ser considerada uma afirmação antropológica. Vale para todos os seres humanos e, em seu caráter formal, para todas as culturas, línguas e épocas – sem que tenhamos dito qualquer coisa sobre as experiências adquiridas e os conceitos desenvolvidos para viabilizar linguisticamente e, com isso, recordar o número infinito de experiências passadas – mas também para acolher na reflexão as experiências futuras concebíveis.

Conceitualizar algo, conceber algo significa, de um modo muito especial, que o ser humano é um ser que domina a linguagem e se serve dela. Ele se serve dela quando se movimenta, quando vê ou ouve algo, quando lembra ou espera algo, quando, por conseguinte, age e, com isso, ao mesmo tempo, também pensa. No mesmo momento em que deslocamos nossa atenção dessa disposição humana geral para os conteúdos dos conceitos, para as experiências reais e concretas, que são apreendidas pelos conceitos e linguisticamente integradas a eles – nesse momento já se inicia a mudança. É possível que nos sintamos motivados a iniciar a narração de histórias, pois alguma coisa mudou. Mas a mudança só pode ser concebida se suas condições gerais e estruturais se repetem. Mudanças só podem ser registradas e apreendidas contra o pano de fundo de condições que se repetem.

A ênfase nessa invariante tem em vista a estrutura repetitiva daquilo que Fernand Braudel chamou de “*longue durée*”. Quanto à sua temporalidade, a “*longue durée*” não deve ser compreendida como um curso constante e linear de eventos iguais, mas como uma repetição contínua de condições semelhantes em eventos diferentes.⁵ Eventos sempre se distinguem uns dos outros, mas suas condições e estruturas se repetem de forma mais ou menos contínua. Tal afirmação vale para

a história considerada tanto na dimensão da história conceitual quanto na dimensão da história extraconceitual [*Sachgeschichte*]:⁶ só podemos articular a(s) história(s) dos conceitos como mudanças no terreno dos significados e da pragmática se soubermos que muitas outras coisas permanecem iguais e, portanto, são repetitivas. Somente contra o pano de fundo de estruturas semanticamente e pragmaticamente repetitivas é possível pensar, perceber e aferir a inovação e a mudança histórica no âmbito da semântica e da pragmática. Por exemplo, é absolutamente evidente que novos conceitos só podem ser introduzidos em determinadas condições hermenêuticas. Só podemos, portanto, comunicar a pretensa novidade de alguma coisa se pressupusermos que o ouvinte ou leitor entenderá tudo ou, pelo menos, quase tudo. Mesmo aquele que sugere um vocábulo potencialmente inovador parte do pressuposto de que o resto será compreendido e é, nesse sentido, de conhecimento prévio. Ou seja: a estrutura repetitiva fundamental [*repetitive Grundstruktur*] da linguagem e da compreensão, a sua estrutura de repetição [*Wiederholungsstruktur*], é o pressuposto para que algo de novo possa ser expresso. Esse é um ponto de grande importância, justamente porque a estrutura repetitiva dos significados prévios – que já são conhecidos e, por assim dizer, aceitos de forma irrefletida – não é percebida.

Quando, então, investigamos certas mudanças contra esse pano de fundo de repetição, precisamos lembrar que na história algumas coisas mudam rapidamente; outras, porém, o fazem de forma mais lenta. Existem diferentes velocidades de mudança. Existem acelerações e retardações com ritmos diferentes, que entram em choque e podem gerar fricções, ou mesmo rupturas entre os estratos de tempo dos eventos singulares, por um lado, e das estruturas repetitivas, por outro. Podem surgir também fricções no uso da linguagem, em frases, textos, discursos e em seus repertórios de

significado [*Bedeutungshaushalten*]. Uma palavra pode, subitamente, adquirir alguns novos significados e as demais, não. Uma parte dos significados desloca-se mais rapidamente do que outras e talvez carreie consigo outros deslocamentos. Quando temos clareza teórica a respeito dessa possibilidade, podemos proceder de forma analiticamente precisa e nos interrogar sobre os significados que persistem e os que não. Um exemplo: se investigarmos o período posterior a 1945, se indagarmos que continuidades e discontinuidades histórico-linguísticas e histórico-conceituais foram características desse tempo, ao examinar as revistas recém-fundadas (como *Wandlung* ou *Neue Sammlung*), precisaremos observar quais eram os resíduos linguísticos, estilísticos e semânticos do período nazista que ainda tinham vigência. Precisaremos estar atentos às relações, possivelmente muito tensas, que estes restos transmitidos mantinham com a dicção e a conceitualidade que eram fomentadas numa direção distinta, no sentido de uma reeducação de cunho liberal. Proclamar o novo por meio de fórmulas antigas – esse é um desafio recorrente na história.

Agora, permitam-me ampliar a nossa problemática: das estruturas temporais da história – tanto da história dos conceitos quanto da história extraconceitual – para a relação entre conceitos e o estado de coisas [*Sachverhalt*] que eles abrangem. Em outras palavras, como se configura a relação temporal entre conceitos e estado de coisas? Sem dúvida, a chave para a história dos conceitos está nesta pergunta. Pois aquilo que pode e tem que ser conceituado reside fora dos conceitos. Toda semântica remete para além de si mesma, ainda que a apreensão e a experiência de qualquer campo de objetos não sejam possíveis sem a performance semântica da linguagem. Todas as teorias em voga que reduzem a realidade a nada além da linguagem esquecem que a linguagem tem e mantém um caráter dúplice: por um lado, ela registra – receptivamente – aquilo que se dá fora dela, constata aquilo que, não

sendo em si mesmo linguístico, se impõe a ela, ou seja, o mundo, tal como existe prelinguisticamente e não linguisticamente; por outro, a linguagem incorpora – ativamente – o estado de coisas e todos os dados de cunho extralinguístico. Para tudo aquilo que, no plano extralinguístico, deve ser experimentado, reconhecido e compreendido é preciso forjar um conceito que lhe seja próprio. Como já afirmamos no início, sem conceitos não há experiência e sem experiência não há conceitos.

A linguagem é tanto receptiva quanto produtiva; ela registra e, ao mesmo tempo, é um fator da percepção, do conhecimento e do saber. Nenhuma realidade se deixa reduzir à sua interpretação e à sua figuração linguística, mas sem essas performances linguísticas não existe – pelo menos para nós – qualquer realidade. Essa diferenciação, porém, traz consigo a obrigação de ler os dois lados de cada conceito. Dado que cada palavra pode ter uma multiplicidade de significados que devem ser adequados à realidade mutável, existe a semântica como método científico. Como um estado de coisas não se deixa apreender, de uma vez por todas, sob um único e mesmo conceito, ele provoca uma multiplicidade de designações que devem fazer jus à sua transformação. Por isso, existe a onomasiologia como método científico. Ambas as abordagens metodológicas, a semântica e a onomasiológica, são, portanto, necessárias para que se possa analisar e descrever a mudança histórica, seja dos conceitos, seja da realidade a ser apreendida pelos conceitos.

Como Heiner Schultz demonstrou, só existem – em termos puramente lógicos – quatro situações com base nas quais pode ser configurada a mudança recíproca de conceito e estado de coisas.⁷

Primeira: o significado de uma palavra e o estado de coisas que ela apreende permanecem iguais, tanto sincrônica quanto diacronicamente.

Segunda: o significado de uma palavra permanece o mesmo, mas o

estado de coisas muda. Esquiva-se do significado antecedente. A realidade em transformação precisa, portanto, ser apreendida e conceituada de um novo modo.

Terceira: muda o significado de uma palavra, mas a realidade que ela apreendeu antes permanece a mesma. A semântica em transformação precisa, portanto, encontrar novas formas de expressão linguística para fazer jus à realidade.

Quarta: estado de coisas e significados das palavras desenvolvem-se de forma inteiramente divergente, de modo que a anterior correspondência não pode mais ser compreendida. Apenas o método histórico-conceitual permite averiguar que realidade foi apreendida antes, com que conceito e de que modo.

Em termos puramente lógicos, não existem alternativas além dessas quatro possibilidades de escrever uma história dos conceitos. Em termos empíricos, no entanto, existem naturalmente inúmeras formas intermediárias, como costuma ocorrer na história. Quero citar alguns exemplos para esclarecer meu argumento.

Em primeiro lugar, é extremamente raro que significados das palavras e estado de coisas correspondam de forma duradoura uns aos outros, e mais raro ainda que mudem homogênea e paralelamente. Certamente existe um grande grupo de significados de palavras e de estado de coisas que permanecem iguais ao longo dos séculos. Isso valeu durante muito tempo para os conceitos associados à apreensão da natureza e da vida no mundo de camponeses e de artesãos, ou seja, para aqueles âmbitos que se realizavam em constante repetição. Mas mesmo estes se transformam e se exaurem quando ocorrem rupturas econômicas, sociais, políticas ou mentais.

Em segundo lugar, pouco tempo atrás, vivenciamos um exemplo estimulante do caso em que os conceitos permaneceram os mesmos, mas a realidade se transformou rapidamente. Para o marxismo soviético, o capitalismo altamente desenvolvido representava a última

etapa antes da conflagração revolucionária definitiva, que presentearia toda a humanidade com liberdade e autodeterminação. Então se intrometeram – de forma que era imprevisível até a Primeira Guerra Mundial – o fascismo e o nazismo. De modo conceitualmente consequente, mas incorreto, no que dizia respeito aos fatos, ambos foram redefinidos então como o nível mais alto do capitalismo, para que não houvesse necessidade de abandonar as doutrinas revolucionárias salvadoras. Após 1945, os Estados Unidos e, sobretudo, a Alemanha foram declarados países monopólicocapitalistas, agressivos e militaristas – ou seja, fascistas *par excellence* – para não se ter de abrir mão das antigas categorias de interpretação, dos conceitos de uma utópica filosofia da história. Por fim, porém, a realidade, que fora tortuosamente interpretada, se impôs de modo tão perturbador que todo esse edifício conceitual tradicional e dogmático ruiu de um dia para o outro.

Em terceiro lugar, a história do conceito de “revolução” permite mostrar a mudança no sentido oposto. O conceito transforma-se, mas as sequências de eventos diagnosticados por meio dele se repetem de modo semelhante. Até o século XVIII, o conceito de revolução indicava uma convulsão que se repete com regularidade no decurso das histórias constitucionais. Uma mudança constitucional realiza-se em associação com as antigas formas de manifestação de guerra civil – levante, insurreição, traição, violência, assassinato – e não vai além das possibilidades humanas de uma democracia, aristocracia ou monarquia e suas formas de decadência. Assim, “revolução” apontava para o retorno do mesmo no longo prazo, sem alterar qualquer coisa nas fases sangrentas da guerra civil das respectivas mudanças. A partir do século XVIII, porém, o conceito adquire uma dimensão completamente nova. A partir do Iluminismo e da Revolução Francesa, passa a remeter a um processo único e singular que, com violência decrescente, provocaria um futuro totalmente novo de auto-